BOLETI / TCRCSP

ANO XXXIX SET / OUT / NOV 2008 ÓRGÃO INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO





Editorial	4
Cartas	5

ARTIGOS

A inflação no Brasil e no mundo	6
Convergência entre os USGAAP e IFRS: uma transição lenta?	8
Contabilista, que profissional é esse?	
Duas horas com os Contadores: patriotismo e responsabilidade profissional	14
Eu acredito é na rapaziada	16
A arte de decidir	
Não aprovação do orçamento municipal em tempo hábil ou o orçamento de urgência	20
Novas formas de gerenciar equipes	
O planejamento estratégico e o plano de recuperação judicial	
O raciocínio patrimonial e o Contador	26
Segredos para transformar um pequeno negócio em uma grande rede de franquias	
Supercomplicado	32



Notícias

	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
	CRC SP mais uma vez inova e lança o Boletim CRC SP Eletrônico	36
	FISCALIZAÇÃO	
	A elaboração das demonstrações contábeis	38
	DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	
	Auditores Independentes devem cumprir triênio de Educação Continuada até dezembro	40
	REGISTRO	
	Moderna e prática, carteira do Contabilista é documento fundamental para o profissional	42
	ESPECIAL	
	Palestra ao vivo inaugura nova fase do CRC SP	44
	Seminário Regional das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público reúne mais de 300 participantes	 46
	Eventos do Espaço Cultural CRC SP	
	Sindcont-SP comemora 89 anos de existência	
	100 anos de imigração japonesa: nosso japonês do CRC SP	
	Registro em CRC é obrigatório para o exercício de atividade contábil	53
	18° Congresso Brasileiro de Contabilidade	
	Portaria nº 184: a convergência das Normas Internacionais de Contabilidade para o setor público brasileiro	55
NTREV	·····	
	Adesão às NIC ajuda no nível de respeito com que os países verão o Brasil	56

EDITORIAL

A NOVA ERA DO CRC SP

O CRC SP está com boas novidades para os Contabilistas. Mais uma vez, com o intuito de otimizar o curto tempo dos profissionais, estamos engajados num projeto para facilitar o acesso de tudo o que se relaciona à profissão contábil.

No programa desta gestão 2008-2009, estabelecemos como

uma das nossas metas a implantação da Rádio e da TV Web e a criação do *Boletim CRC SP Eletrônico*.

Hoje, o *Boletim* já é uma realidade e pode ser acessado e lido diretamente no Portal do Conselho (www.crcsp.org.br). Também estamos avançando no projeto da Rádio CRC SP, além de termos começado a transmitir palestras ao vivo, já pensando na programação da futura TV CRC SP via internet

Todo esse trabalho visa ao desenvolvimento profissional dos Contabilistas. Acreditamos com muita certeza que o incremento na comunicação entre o Conselho e os profissionais tem de ser no mais alto nível, com conteúdo de grande qualidade.

Por isso, estamos apostando na mídia poderosa que é a internet. Ficou muito fácil acessar informações pelo computador. Basta um clique e sabemos tudo o que acontece no mundo. Em qualquer intervalo no trabalho, temos a possibilidade de escolher e nos inteirar sobre o assunto que mais nos interessa.

O *Boletim*, a TV e a Rádio CRC SP são os meios de comunicação que os Contabilistas poderão ter à mão com facilidade. Num futuro breve, estes serão os canais que levarão as notícias e divulgarão os assuntos que mais interessam à profissão.

Estamos pesquisando as alternativas desse projeto grandioso com muito cuidado, porque só nos interessa implementá-lo com a qualidade merecida pelos Contabilistas e pela sociedade.



SERGIO PRADO DE MELLO - PRESIDENTE DO CRC SP

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Sergio Prado de Mello

Vice-presidente de Administração e Finanças: Domingos Orestes Chiomento Vice-presidente de Fiscalização: Claudio Avelino Mac-Knight Filippi Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional: Luiz Fernando Nóbrega

Vice-presidente de Registro: Celina Coutinho

CÂMARA DE RECURSOS

Coordenador: Mauro Manoel Nóbrega Vice-coordenadora: Marcia Ruiz Alcazar

Membros: Antonio Baesso Neto, Celso Aparecido Gonçalves e Joaquim Carlos

Monteiro de Carvalho

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

Coordenador: Walter Iório

Vice-coordenadora: Marilene de Paula Martins Leite

Membro: Wanderley Antonio Laporta

Suplentes: Maria Anselma Coscrato dos Santos, Ana Maria Costa e

Ari Milton Campanhã

I CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Coordenador: Luis Augusto de Godoy Vice-coordenador: Niveson da Costa Garcia

Membros: Arnaldo Longhi Colonna, Carlos Roberto Matavelli e

Edevaldo Pereira de Souza

II CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Coordenador: Julio Linuesa Perez

Vice-coordenadora: Daisy Christine Hette Eastwood

Membros: Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos, Sergio Vollet e Zaina Said El Hajj

III CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO

Coordenador: Marcelo Roberto Monello Vice-coordenador: Almir da Silva Mota

Membros: Ana Maria Costa, Cibele Costa Amorim e Neusa Prone Teixeira da Silva

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Coordenador: José Joaquim Boarin Vice-coordenadora: Telma Tibério Gouveia

Membros: José Carlos Melchior Arnosti, José Donizete Valentina e

Umberto José Tedeschi

CÂMARA DE REGISTRO

Coordenador: Celso Carlos Fernandes

Vice-coordenadora: Maria Anselma Coscrato dos Santos

Membro: Ari Milton Campanhã

CONSELHEIROS SUPLENTES

Adilson Luizão, Ana Maria Galloro, Camila Severo Facundo, Carlos Carmelo Antunes, Carmem de Faria Granja, Cloriovaldo Garcia Baptista, Deise Pinheiro, Dorival Fontes de Almeida, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, Geraldo Gianini, Gilberto Benedito Godoy, Hermenegildo Vendemiatti, Jairo Balderrama Pinto, Jocilene Oliveira dos Santos, Joel Dias Branco, José Carlos Duarte Leardine, Lázaro Aparecido de Almeida Pinto, Leonardo Silva Tavares, Luciana de Fátima Silveira Granados, Luiz Bertasi Filho, Manassés Efraim Afonso, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, Marina Marcondes da Silva Porto, Nelson Beutel, Oswaldo Pereira, Paulo Roberto Martinello Júnior, Rita de Cássia Bolognesi, Ronaldo Raymundo Saunier Martins, Setsuo Kaidei Júnior, Silmar Marques Palumbo, Teresinha da Silva, Valdimir Batista, Valdir Campos Costa, Vera Lúcia Vada e Wanderley Aparecido Justi.

Boletim CRC SP

Diretor: Sergio Prado de Mello

Comissão de Publicações

Coordenador: Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho

Vice-coordenador: Antonio Luiz Sarno

Membros: Almir da Silva Mota, Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira, José Carlos Melchior Arnosti, José Joaquim Boarin, Silmar Marques Palumbo e Walter Iório.

Jornalista responsável: Graça Ferrari - MTb 11347 Jornalista: Michele Mamede - MTb 44087

Registrado sob o nº 283.216/94 no livro "A" do 4º Cartório de Registro de Títulos e

Documentos de São Paulo

Projeto gráfico: Olho de boi comunicações

Periodicidade: Trimestral

Fotolito e impressão: Prol Editora e Gráfica

Tiragem: 115.000 exemplares

A direção da entidade não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis – 01230-909 – São Paulo – SP

Tel.: 11 3824.5400, 3824.5433 (Teleatendimento)

Fax: 11 3662.0035

E-mail: crcsp@crcsp.org.br Portal: www.crcsp.org.br





CARTAS

É importante divulgar que a função de um profissional contábil vai muito além do que todos imaginam, pois não são formados para passar toda a vida profissional preenchendo DARFs e formulários. Temos que mudar essa visão errada e mostrar que as organizações necessitam desses profissionais para ter e manter uma boa estrutura financeira.

CAMILA - MKDISTR.

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte tem recebido muitas correspondências referentes a publicações editoriais de vários CRCs. Parabéns ao CRC SP pelos seus produtos editoriais, pelo profissionalismo do trabalho e principalmente pela ética que tem imperado nos trabalhos.

MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA - PRESIDEN-TE DO CRC-RN

Achei muito oportuna a matéria publicada sobre contrato de prestação de serviço, pois veio alertar a classe sobre a importância de se estabelecer com seu cliente os limites da responsabilidade do Contabilista e a justa remuneração pelos trabalhos executados. Eu, como estudante, não sabia que esse contrato existia e, a partir da matéria, passei a ter conhecimento sobre o assunto.

MIKAELLA P. ARAÚJO BALDINI

É cada vez mais gratificante ver que as mulheres estão ganhando destaque no mercado profissional, na sociedade e agora também dentro das entidades de classes profissionais das quais fazem parte.

Parabéns ao CRC SP por abrir cada vez mais as portas para nós mulheres evidenciarmos nossas conquistas na área contábil.

ADRIANA SOUZA RAMOS SILVA

Gostaria de parabenizar a querida companheira Adriana Dias e o CRC SP pela matéria "Agribusiness: boa gestão, bons resultados", do Boletim nº 167. Os administradores do seguimento sabem da colaboração da engenharia de custo aplicada para resultados, que direcionou a nave do empreendedorismo rumo ao sucesso futuro.

CUSTÓDIO JOSÉ DA SILVA MOREIRA

A INFLAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

Após cinco anos consecutivos de queda no Brasil, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) reverteu a tendência em 2007, ano caracterizado pela preocupação com a inflação por parte do Banco Central do Brasil e de seus congêneres dos Estados Unidos, Inglaterra e China. Na economia norte-americana, tais inquietações perderam espaço somente para a crise no mercado de crédito imobiliário. A inflação pode ser definida como aumento generalizado nos preços. Os principais grupos de indicadores são os IPCs (Índices de Preços aos Consumidores) e IPPs (Índices de Preços aos Produtores). A divisão justifica-se pelo fato de a cesta de consumo das famílias não ser igual a das empresas. Por isto, em muitos casos os IPCs apresentam valores muito distintos dos IPPs, e estas diferenças possibilitam a realização de avaliações prospectivas.

Nesse contexto, ocorre a inflação de demanda (quando o aumento do preço de determinado produto advém da elevação do consumo) e a inflação de oferta (quando elevações dos custos das empresas acarretam reajustes nos preços dos produtos). O principal determinante da inflação de demanda é o aumento da renda das famílias. A de oferta é determinada principalmente por elevações nos preços do petróleo, salários e insumos.

Em termos mundiais, nota-se que houve a perigosa combinação dos dois tipos. Do ponto de vista da oferta, a elevação dos preços do petróleo e de outras fontes de energia pressionou os custos das empresas. Estes aumentos também decorreram da alta nos preços das matérias-primas, ocasionada principalmente pelo forte crescimento dos países emergentes. Do ponto de vista da demanda, a elevação da renda das famílias, oriunda do crescimento econômico, ampliou os gastos. Como resultado, a inflação apresentou comportamento de alta nas principais economias, incluindo o Brasil.

Aqui, o IPCA fechou 2007 em 4,46%, revertendo tendência de queda iniciada em 2002, quando atingiu 12,53% (quase

quatro vezes superior ao do ano passado). O principal grupo responsável pelo IPCA de 2007 foi o de alimentação, que representou praticamente metade do índice (2,21%). Supondo-se que os alimentos não tivessem sofrido reajustes no exercício, a inflação anual seria de apenas 2,25%, número extremamente baixo para os padrões brasileiros, explicado principalmente pela valorização do real frente ao dólar, que fez com que os produtos importados custassem menos, pressionando os concorrentes nacionais.

O IGP-M (Índice Geral de Precos do Mercado) fechou 2007 com variação de 7,75%, praticamente duas vezes superior ao de 2006, de 3,83%. O IGP-M é utilizado no reajuste de vários contratos e preços, como aluguéis, energia elétrica e prestação de serviços. É composto por três outros índices: preços ao consumidor, preços ao atacado e o que apura os custos da construção. Embora não seja o medidor mais adequado da inflação de oferta, o IGP-M aproxima-se muito de um IPP e a alta registrada em 2007 impactará os custos das empresas quando ocorrerem reajustes de aluguéis e energia, além das despesas das famílias, que também têm gastos com aluguéis e energia elétrica.

Isto significa que há um descontrole dos preços e que a inflação inverterá sua tendência de queda no Brasil e no mundo? Certamente não! Os bancos centrais vêm demonstrando atenção com relação aos níveis dos preços e controlando a taxa básica de juros para evitar a inflação de demanda. Com juros elevados, as famílias consomem menos, pois o custo do crédito é maior. Além disso, os consumidores preferem poupar recursos ao invés de gastar, já que a remuneração pelo dinheiro





investido é maior. Isto impede pressões inflacionárias oriundas de aumento da demanda. A redução da taxa de juros nos Estados Unidos somente foi possível em função de indícios de um cenário recessivo, que contrai a demanda. A manutenção da taxa Selic, no Brasil, foi necessária para interromper o crescimento da demanda.

Em termos de oferta, a situação é mais preocupante. Há indícios de que os preços da energia no Brasil e no mundo devem continuar altos. No caso brasileiro, falta de chuvas, baixo nível dos reservatórios e incertezas com relação ao fornecimento de gás natural vêm pressionando o custo da energia fornecida ao parque industrial. Cumpre ressaltar que os efeitos de elevações da taxa básica de juros sobre a inflação de oferta são reduzidos e, geralmente, recessivos sobre a produção.

Neste sentido, o fato de o IGP-M ter apresentado comportamento de alta sugere inflação de oferta em 2008.

Além disso, a intensidade da valorização do real em relação ao dólar será reduzida no primeiro semestre de 2008 e interrompida no segundo semestre, em função da reversão do saldo positivo da conta-corrente. Isto praticamente eliminará a pressão deflacionária dos produtos importados. Assim, o crescimento de 2008 poderia acentuar ainda mais a combinação indesejável de inflação de oferta com inflação de demanda.

Felizmente, os mercados costumam ajustar-se rapidamente às mudanças. Os problemas com os custos da energia podem ser parcialmente resolvidos por inovações tecnológicas capazes de aumentar a eficiência energética, além

da utilização de novas fontes. A resposta à crescente demanda mundial por alimentos vem sob forma de maior área destinada ao plantio, ganhos de produtividade e aumentos da oferta, que implicam reduções nos preços dos produtos agrícolas. Finalmente, a atuação dos bancos centrais, com políticas monetárias ativas, pode assegurar a estabilidade dos preços nas economias, garantindo, dessa forma, que o comportamento relativamente tranqüilo observado nos últimos anos prolongue-se por muito tempo.

PEDRO RAFFY VARTANIAN

Economista e professor.



WWW.LEDWARE.COM.BR

A Ledware Informática reúne as melhores tecnologias do mercado para oferecer aos seus clientes inúmeras ferramentas de assistência, focando na excelência em atendimento personalizado.

0800 770 1747

Call Center

Possuímos uma central de atendimento, com equipes treinadas periodicamente para fornecer um atendimento rápido e eficiente, especializado nas mais modernas técnicas e formas de assistência, destacando dentre elas o Suporte On-Line e o Led Remoto.

Treinamentos e Visitas

Estreitamos o relacionamento com o cliente, investindo em treinamentos in-loco e visitas de rotina. Os treinamentos são ministrados no seu próprio escritório, agendados conforme sua necessidade. As visitas são periódicas, aumentando nosso relacionamento e vivenciando o dia a dia de nosso cliente.

Filiai

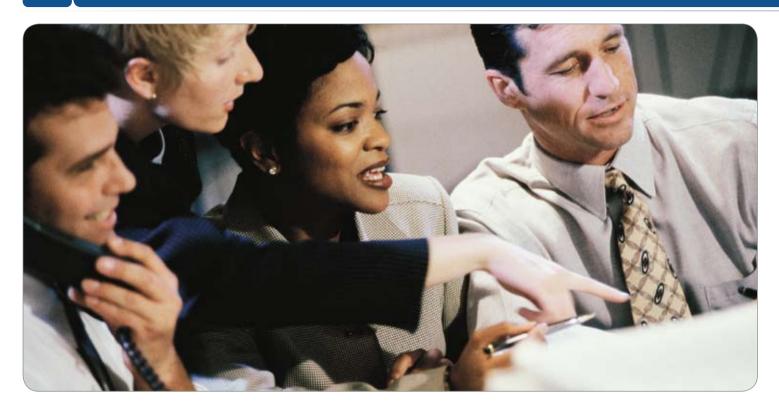
Contamos com filiais no estado de São Paulo, tornando o atendimento totalmente personalizado e prestado por funcionários especializados da Ledware.



LEDWARE

EXCELÊNCIA NO TRABALHO COM ÉTICA E TRANSPARÊNCIA.





CONVERGÊNCIA ENTRE OS USGAAP E IFRS: UMA TRANSIÇÃO LENTA?

Após a semente plantada em 1972, por meio da criação do IASC (International Accounting Standard Committee), o ideal de os Contadores ao redor do mundo usarem o mesmo conjunto de padrões contábeis, chamado de "convergência global", teve impulso decisivo com o advento do Norwalk Agreement, em 2002, quando o atual IASB (International Accounting Standards Board, órgão criador de padrões contábeis do IASC) e o poderoso FASB (Financial Accounting Standard Board) americano fizeram acordo para a convergência entre os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (USGAAP) e os padrões internacionais de Contabilidade emitidos pelo IASB. Isto porque não se pode falar em convergência global de padrões contábeis se os Estados Unidos, maior mercado de capitais do mundo, estiver fora dos planos. Pelo acordo, até 2009, as Bolsas de Valores dos Estados Unidos teriam que aceitar demonstrações financeiras de empresas não-americanas, preparadas de acordo com os padrões contábeis emitidos pelo IASB, as IFRS (*International Financial Reporting Standards*), sem que qualquer reconciliação ou explicação sobre diferenças para com os USGAAP fossem necessárias.

Recentemente, dois anos antes do final do prazo, a SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) extinguiu a exigência de reconciliação entre os IFRS e os USGAAP que vinha sendo requerida das empresas estrangeiras, em atendimento ao Norwalk Agreement e, além disso, emitiu nota oficial requerendo manifestações do mercado a respeito de proposta para permitir que também

empresas americanas preparem suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

A percepção do SEC, descrita na nota em que pede as manifestações, é que existirão ganhos de eficiência econômica com a padronização mundial, inclusive para empresas americanas que queiram levantar recursos em Bolsas de outros países. O SEC também prevê a necessidade de comparabilidade, principalmente para empresas americanas que atuam em mercados com concorrentes estrangeiros, os quais divulgam seus balanços seguindo os IFRS. O SEC e a NYSE (Bolsa de Valores de Nova Iorque) têm se posicionado a favor da convergência, principalmente considerando que algo em torno de 25% das empresas que negociam títulos na Bolsa nova-iorquina é constituída por companhias estrangeiras, clientela



nada desprezível e que vem se reduzindo em função do fortalecimento das Bolsas de Valores européias. Não podemos esquecer o fato de que há uma concorrência entre as Bolsas de Valores de Nova Iorque, Londres, Paris etc. pelas empresas de capital aberto. Assim, pelos acontecimentos recentes, poder-se-ia inferir que a convergência entre os USGAAP e os IFRS estaria prestes a ocorrer.

Entretanto, uma análise mais profunda da formação histórica dos USGAAP e dos IFRS permite-nos prever que a convergência entre ambas as estruturas tende a ser um pouco mais lenta.

Os USGAAP tiveram origem na escola de Contabilidade européia, principalmente da Inglaterra do século XIX, mas ao longo do século XX ganharam característica própria e, principalmente, uma importância que nenhum outro conjunto de padrões contábeis conseguiu obter até os nossos dias.

Os padrões contábeis americanos influenciam os padrões contábeis de todos os demais países do mundo, inclusive os da Europa, sendo que em boa parte destes lugares os órgãos de Contadores locais normalmente adaptam os padrões americanos para uso nas empresas de seus países, quando não os copiam, simplesmente. Pelas condições que os órgãos responsáveis conseguem ter de financiar altos especialistas em tempo integral, os padrões contábeis americanos são considerados "o estado-da-arte", frente aos demais conjuntos de padrões contábeis de outros países.

As empresas que adotam os USGAAP, só por usar tais padrões, transmitem postura de transparência dos executivos perante investidores. Os USGAAP refletem uma vitória dos órgãos profissionais de Contadores dos Estados Unidos em relação à sua capacidade de organização e mobilização, os quais, paulatinamente, conseguiram que o

principal canal de comunicação entre investidores e executivos de empresas fosse a Contabilidade.

Para tanto, os padrões contábeis tiveram que se amoldar ao formato de governança corporativa que se criou com o crescimento do porte das empresas americanas ao longo do século XX, com o capital social se pulverizando entre centenas, milhares ou mesmo milhões de acionistas e com a formacão de dois níveis de lideranca dentro das empresas: a diretoria executiva e os conselhos de administração, os quais representam os interesses dos acionistas, interesses esses algumas vezes contrários aos dos executivos. Nesse aspecto, nota-se claramente que alguns padrões contábeis americanos privilegiam a proteção dos investidores contra os riscos de má conduta de executivos.

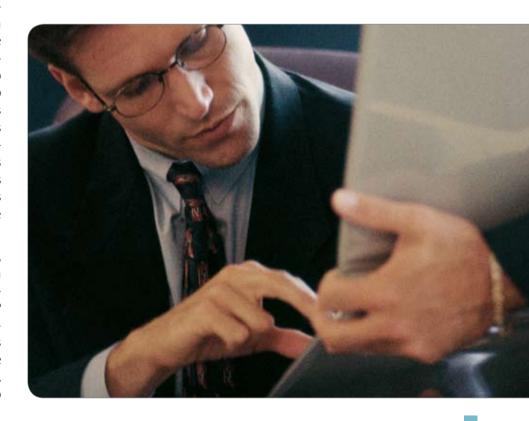
A norma do FASB nº 2, relativa a gastos com pesquisa e desenvolvimento, é um exemplo clássico. Para não permitir o risco de que os executivos escondam por anos a fio gastos

com projetos inviáveis, o FASB requer que todos os gastos dessa natureza sejam lançados para lucros e perdas, não permitindo a capitalização, para não se esconder perdas.

A norma nº 95 requer que as empresas apresentem fluxo de caixa, mesmo que o regime de apuração do desempenho seja o de competência. Tal regra foi implementada por pressões dos analistas de investimento, os quais se cansaram de ver empresas falirem por falta de liquidez, situação esta não identificada com análises da antiga demonstração de origens e aplicações de recursos, que exibiam a movimentação do capital de giro e não das disponibilidades.

Assim, como se nota, a escola de Contabilidade americana se formou ao longo do tempo com foco no investidor anônimo, aquele investidor que está fora da empresa e não participa de sua gestão.

Tal perspectiva, entretanto, não se formou só pela atuação dos órgãos de Contadores, mas pelas pressões de





outros interessados, incluindo analistas de investimento, Auditores, executivos financeiros e do órgão regulador, o SEC, órgão responsável e que supervisiona as atividades de emissão de padrões contábeis.

Os USGAAP tiveram, a partir da década de 1930, dois órgãos anteriores ao FASB que foram extintos: o ARB (Accounting Research Board ou Comitê de Pesquisas Contábeis), 1939 a 1959, e o APB (Accounting Principles Board ou Comitê de Princípios Contábeis), 1962 a 1972. O primeiro tinha propósitos mais teóricos e se propunha a pesquisas de caráter científico. Foi atropelado pelo mercado, que exigia normas mais práticas. O segundo admitia padrões formados por consenso ao invés de soluções científicas, mas também foi extinto pelas críticas sobre sua lentidão e tecnicismo.

Foi então que, em 1972, formou-se o FASB (Financial Accounting Standards Board), em funcionamento até nossos dias, o qual admitiu como participantes não só órgãos de Contadores, como aconteceu no ARB e no APB, mas também órgãos representativos de analistas financeiros, executivos financeiros, Contadores gerenciais e do mercado de capitais. Contadores sim, mas representando diferentes entidades. Foi essa abertura a outras entidades que permitiu ao FASB que seu processo de criação de padrões estivesse mais próximo aos anseios do mercado de capitais. Entretanto, para não ter sua atuação demasiadamente influenciada por um ou outro participante, os padrões do FASB têm sido criados tomando por base uma estrutura conceitual pré-estabelecida, os FASB concepts, estrutura esta que objetiva dar aos padrões como um todo uma lógica, uma tendência a ser seguida que lhes assegura certa previsibilidade e afasta suspeitas de favorecer uma dada empresa ou dado ramo de atividade.

As regras do IASB vieram num momento posterior. É claro que o mercado de capitais da Europa é anterior ao dos Estados Unidos, mas seu fortalecimento em larga escala se consolidou somente a partir da década de 1980, com as ondas de privatização que deram origem a grandes companhias abertas.

Assim, o poder das Comissões de Valores Mobiliários da Europa é uma realidade relativamente recente. O fato é que muito se discutiu sobre socialismo e social-democracia na Europa durante o século XX e não sobre como fazer progredir o mercado de capitais, que é o ícone do capitalismo.

O capitalismo de estado, praticado por décadas na França e na Itália, é exemplo disso. E, como sabemos, boas regras contábeis têm íntima ligação com o grau de desenvolvimento do mercado de capitais. Até o final da década de 1980, os padrões contábeis do IASB eram uma colcha de retalhos, cujo processo de criação caminhava a reboque do FASB, com inúmeras dificuldades de aplicação legal nos diversos países membros e muita permissividade, aceitando-se dois ou três critérios contábeis ao mesmo tempo, ou seja, as normas eram tão pouco restritivas que quase se descaracterizavam como normas.

Por não seguir uma estrutura conceitual como a do FASB, não raro eram chamadas de "normas baseadas em princípios", as quais permitiam muito mais interpretação (e também manipulação) por parte de Contadores.

Da mesma maneira que a escola americana começou como um copy and paste da escola européia do século XIX, pode-se prever que a nova "escola global" herdará muito da produção técnica do FASB, afinal, por vezes, mesmo nos mais eruditos círculos das altas finanças, "nada se cria, tudo se copia". E isso já vem acontecendo por meio das forças-tarefa formadas por grupos de especialistas do FASB e do IASB que trabalham em projetos de convergência.



A partir da década de 1990, as normas do IFRS começaram a se fazem respeitar. Entretanto, a questão fundamental nem chega a ser o ponto de partida, mas o que ocorrerá daqui para frente. Conseguirá o IASB fazer um trabalho tão bem feito como o FASB? Sendo o IASB mantido por contribuições voluntárias de Comissões de Valores Mobiliários de diversos países, como assegurar um fluxo de recursos constante para custear as atividades, que envolvem especialistas de alto gabarito?

Além da questão do custeio, o principal desafio é a questão da governança: que proximidade o IASB terá do mercado? Quais órgãos profissionais tomarão assento nas decisões importantes? Irão os países membros conseguir chegar a acordos que não privilegiem empresas européias em detrimento de americanas ou de outras regiões? Estarão os analistas de investimento representados, ou os executivos das grandes empresas terão hegemonia? A voz do pequeno investidor será ouvida?

Essas são as questões que precisam ser respondidas para viabilizar a convergência entre os USGAAP e os IFRS e cujas respostas definirão o prazo para que uma nova estrutura mundial de padrões contábeis seja criada. O que se pode esperar é que o SEC não aceitará que o pequeno investidor seja desfavorecido, principalmente numa era pós-Enron, de forma que não se deve ter ilusão: essa transição ainda pode demorar mais alguns anos para ocorrer.

BIBLIOGRAFIA

WILLIAMS, Peter. *Blame game*: (IASB, GAAP and IFRS). Accounting Today, 29 nov. 2007. Disponível em: http://www.accountingtoday. Acesso em: 25 abr. 2008.

HAWKEN, Bob. *In the classroom:* a smooth transition? (IFRS and GAAP). Accountancy Age, 11 out. 2007.

MARCOS ZÄHLER D'AVILA

Mestre em Ciências Contábeis.



CONTABILISTA, QUE PROFISSIONAL É ESSE?

Parabéns, Contabilistas! Cumprimentamos especialmente os líderes da classe contábil que, cientes da importância social desta profissão, ao longo de suas carreiras fazem mais do que trabalhar exclusivamente para benefício próprio e, voluntários, trabalham em prol do desenvolvimento da ciência contábil, sendo incansáveis na busca de ações que promovam o avanço contínuo do serviço contábil prestado à sociedade

Aproveitamos esta oportunidade para cumprimentar também os jovens que sabiamente fizeram da ciência contábil sua escolha profissional. Vale a pena recordar a frase: "é melhor fazer aquilo de que gostamos!" Será somente esse o referencial a ser considerado no momento da escolha profissional? Max Gheringer, experiente consultor da área de recursos humanos discorda. No artigo, veiculado na revista Época, de 5 de novembro de 2007, ele apresenta uma reflexão importante, que deve, sem dúvida, ser levada em consideração: "muito melhor é quando os outros gostam do que a gente faz e nos dão oportunidades para fazer". E, continuando, chama a atenção: "(...) há pessoas que fazem cursos apenas por simpatia por uma profissão, para depois descobrir que o mercado de trabalho naquela área é tremendamente limitado. Acertar na escolha de uma profissão requer um misto de emoção e pragmatismo. Ser entusiasmado é bom, mas ter bom senso é muito mais recomendável".

Concordamos com Max Gheringer. É preciso emoção, mas, sem dúvida, este é um momento que requer o uso da razão e também de altruísmo, ou



seja, o ideal é ir além dos interesses pessoais e olhar para as necessidades da sociedade. Nesse processo, é importante conhecer: as aptidões pessoais, o ambiente das diferentes profissões, o que inclui avaliar as oportunidades existentes no mercado de trabalho, e o perfil requerido para atuar nesse ambiente.

Além de parabenizar os Contabilistas, este artigo tem o objetivo de trazer alguns referenciais sobre o mercado de trabalho do bacharel em Ciências Contábeis, profissional comumente conhecido como Contador ou Contabilista, e de elevado valor para

a sociedade. Como afirma Hendricksen, importante autor americano da ciência contábil, "a Contabilidade não é novidade na área de negócios, pelo contrário, sempre esteve relacionada às necessidades de informações de comerciantes e administradores". As Ciências Contábeis, embora seja conhecimento antigo, vêm se constituindo cada vez mais como conhecimento contemporâneo pelas necessidades factuais da própria sociedade.

A área de atuação desse profissional tem se ampliado com a evolução econômica e tecnológica. Envolve a produção de informações econômicas, financeiras e sociais, sobre os recursos das organizações tanto de interesse público como privado, e pode atuar em diferentes funções de liderança, dentre as quais podemos citar: Controller, Contador Geral, Contador de Custos, Contador de Tributos, Auditor, Perito, Assessor Financeiro, Diretor Financeiro, Consultor, além de funções operacionais como analista contábil, auxiliar financeiro, de escrita fiscal ou de folha de pagamento.

Toda organização, independentemente de seu tamanho, precisa de profissionais da Contabilidade para se responsabilizar pelos procedimentos de regulamentação da empresa junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, mas, principalmente, para implantar e gerir o sistema de informação para controle e acompanhamento do investimento efetuado no negócio e a rentabilidade decorrente.

O profissional contábil é imprescindível para o sistema econômico. Entre outras funções, destaca-se a produção de



informações para o mercado de capitais, o que requer profissionais qualificados nas diversas áreas abarcadas pela ciência contábil como, por exemplo, a função de Auditor. Segundo dados da Comissão de Valores Mobiliários, publicados na *Revista Brasileira de Contabilidade*, edição de julho e agosto de 2002, o mercado de capitais tem crescido continuamente nos países do Primeiro Mundo.

No Brasil, após um plano bem sucedido que envolveu setores privados e públicos, esse mercado dá sinais de que está em franca expansão. Em reportagem efetuada pela revista *Época*, veiculada em 2 setembro de 2007, consta a informação de que pela primeira vez na história do Brasil - a captação de recursos por meio do Mercado de Capitais ultrapassou o volume de empréstimos feitos pelo BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social).

Nesse período, a captação por meio de emissões de ações na Bolsa de Valores e da venda de participações, em empresas de pequeno e médio portes para fundos de investimento, atingiu a cifra recorde de R\$ 37,2 bilhões, enquanto os desembolsos do BNDES ficaram em R\$ 31,2 bilhões. A expansão do Mercado de Capitais no Brasil e no

mundo está fortemente vinculada à prática da Governança Corporativa, sistema de gestão que visa a assegurar aos sócios, além da transparência, a eqüidade, a prestação de contas e a responsabilidade pelos resultados, que têm como alicerce o sistema de informação contábil e o controle interno, ambos de responsabilidade exclusiva do profissional contábil.

Outra demanda que tem ampliado fortemente o mercado de trabalho do bacharel em Ciências Contábeis é a elaboração de relatórios contábeis em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, o que exige domínio da língua inglesa e das técnicas contábeis internacionais. A inserção das empresas no ambiente internacional, por meio de subsidiárias, de parcerias ou negociação de ações em bolsas internacionais, exige a elaboração dos relatórios no formato nacional e internacional. A Cosan S/A é um exemplo de empresa que passa a ter essa obrigatoriedade.

Não menos importantes são os profissionais que, à frente das organizações contábeis, trabalham orientando os pequenos e médios empresários sobre a informação contábil e quanto à regulamentação necessária para que a empresa atenda as obrigações

fiscais e acessórias. Estes prestam um serviço social significativo à sociedade na medida em que o seu compromisso com a ética e com o bem comum os impele a conscientizar pessoas físicas e jurídicas sobre a importância de atender a legislação inclusive quanto aos recolhimento integral dos tributos devidos.

Destacamos, ainda, que esta é uma profissão regulamentada por lei, o que significa mercado de trabalho restrito. A assinatura do profissional contábil tem validade jurídica desde que acompanhada de registro profissional junto ao CRC (Conselho Regional de Contabilidade). Trata-se de uma profissão com um amplo e promissor mercado profissional e de relevância social significativa!

MILTES ANGELITA MACHUCA

Contadora e mestre em Administração; professora da área contábil; coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Universidade Metodista de Piracicaba.



DUAS HORAS COM OS CONTADORES: PATRIOTISMO E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL



Quarta-feira é dia de descontração, encontro, intercâmbio de conhecimentos e aprendizado. Com início às 19h, a tradicional sessão do CEDFC (Centro de Estudos e Debates Fisco-contábeis) do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo acontece regularmente desde 1949, quando foi instituído.

Todo Contabilista que respeita a profissão e quer se manter bem informado sobre a técnica contábil, legislação empresarial e contábil, fiscal e tributária, trabalhista e previdenciária sabe disso.

Sabe disso e sabe também que, ao chegar ao Sindicato, toda quarta-feira, será recepcionado por uma impecável mesa com café, chás de camomila, erva-doce e outras iguarias calmantes, porque ninguém é de ferro. Depois de um estressante dia de trabalho é preciso serenar.

Lá, invariavelmente, vão encontrar seus companheiros, cerca de 200 profissionais que freqüentam o CEDFC toda semana, os instrutores e os líderes que comandam os trabalhos, todos, de certa maneira, ávidos por trocar experiências, discutir questões relevantes de seu dia-a-dia e sanar dúvidas específicas, cujas respostas não são encontradas facilmente em livros ou periódicos.

Para dar suporte às discussões, o CEDFC prepara toda semana a Manchete Semanal, uma publicação especialmente elaborada para cada sessão, que é distribuída no início dos trabalhos, trazendo a legislação federal, estadual e municipal que foi editada no período.

Unindo tradição e modernidade, o Centro de Estudos se utiliza de ferramentas atuais de comunicação, mas não se afasta um milímetro sequer das tradições da época em que foi fundado. "Invocamos a proteção de Deus para iniciar nossa sessão", diz o presidente do CEDFC enquanto solenemente convida um dos presentes para empunhar a Bandeira Nacional. "Salve o Pendão de nossa Pátria. Nós vos saudamos", arremata ao abrir os trabalhos.

Apesar de ser um órgão do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, o Centro de Estudos e Debates Fisco-contábeis, tem diretoria própria, constituída por

> Da platéia, como num fórum de debates, qualquer um pode responder, agregar conhecimentos, acrescentar informações, fazer novas perguntas...



presidente, vice-presidente, três secretários e assessor jurídico, responsáveis pela preparação da *Manchete Semanal* e realização das sessões, uma estrutura adequada para o perfeito desenvolvimento dos trabalhos.

De maneira bastante peculiar. quem pergunta é quem vai para a tribuna, onde, de lá, o participante, expõe suas dúvidas, que podem se referir desde aos procedimentos da atividade profissional no ambiente familiar, como o aviso prévio de empregada doméstica grávida, a questões empresariais mais complexas, como a transformação de uma empresa limitada em sociedade anônima ou sobre a utilização de cartões corporativos nas organizações, além de uma gama infindável de temas profundamente intrincados na legislação empresarial brasileira, como debates sobre a nova lei contábil.

Da platéia, como num fórum de debates, qualquer um pode responder, agregar conhecimentos, acrescentar informações, fazer novas perguntas... e assim forma-se uma ciranda de discussões, explicações e esclarecimentos, até que o assunto fique absolutamente claro.

Da mesa solene, ao lado do presidente e secretários, o assessor jurídico, atento a tudo, conduz os debates, faz preciosas intervenções e apenas dá por encerrado o assunto, quando todos os questionamentos foram esclarecidos. O assessor do CEDFC tem por norma fazer um apanhado geral, resumindo os pontos discutidos e dando as orientações finais e necessárias para a plena compreensão do assunto.

Mais um participante vai para a tribuna, outro tema é apresentado, começa nova e estimulante discussão. Ao fim, todos saem satisfeitos, agradecidos aos que têm prazer em aprender e distribuir conhecimentos.

Essa forma de reciclagem e atualização profissional está dando certo há 58 anos e já serviu de modelo para outros Sindicatos de Contabilistas do Estado de São Paulo e também do Brasil. Sem custos para os associados participantes, sem estabelecer o número de perguntas a serem feitas, sem tempo de questionamento, o único limite é a duração da sessão, que vai até às 21h. E, se ficar alguma dúvida, na próxima quarta-feira tem mais.

JOSÉ HELENO MARIANO

Presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.





EU ACREDITO É NA RAPAZIADA

Todas as empresas, em todos os mercados, viveram e sentiram na pele os efeitos da globalização, o boom da internet, a entrada maciça da mulher no ambiente de trabalho, as alternativas geradas pelos pais para educarem filhos numa nova modalidade de contato e se esqueceram de analisar os impactos que esses comportamentos trariam quando essa moçada chegasse para ocupar seu espaço no mundo corporativo. É... E eles cresceram! Batizados de "Geração Y", eles chegaram para tirar o sono dos profissionais de recursos humanos e gestores no que tange a retenção de talentos.

Chegaram com o perfil da nova era: impacientes, rápidos nas decisões, insatisfeitos e totalmente orientados para a satisfação imediata de seus anseios e sonhos, como se não tivessem tempo a perder, tudo isso acompanhado por uma visão de mundo muito mais

ampliada. Chegaram ao mercado de trabalho com competência, desejo de realização, muito mais ousadia e dispostos a experimentar novos desafios, fazendo com que as empresas e os profissionais de RH repensem suas tradicionais práticas de gestão de pessoas.

A autonomia e a liberdade de escolha são excelentes aliados da retenção de talentos.

Por outro lado, dada a imprevisibilidade de mercado, é natural que as empresas busquem identificar e trazer para a sua organização o jovem e a sua capacidade de inovação, seu desejo de aprender, de se engajar em projetos desafiadores e em práticas de responsabilidade sócio-ambientais, auto-estima e autoconfiança bem trabalhadas, e claro, muito bom humor. As empresas estão buscando gente bem resolvida, de bem com a vida. Os problemas farão parte do dia-a-dia, mas as relações humanas não podem ser ameaçadas, pois se descobriu que pessoas felizes dão mais lucro.

Mas, como compatibilizar os interesses pessoais com os empresarias? Esta é a grande e desafiadora pergunta que não quer calar.

Muitas empresas estão amargando a tristeza, a angústia e, por que não dizer, o prejuízo deixado pela perda



de talentos que fez emergir a certeza, mesmo que provisória, de que era a coisa certa a fazer no momento. Contratar pode ser caro. Mas perder é desperdício.

O que levar em consideração num processo seletivo para que o tiro não seja curto?

Para as empresas, sugiro revisitarem e reinventarem as suas práticas de gestão de pessoas. A começar pela metodologia adotada no processo seletivo. Selecionar por competências pode e deve ser uma prática mais habitual se bem aplicada para identificar não somente grandes potenciais, mas principalmente se há alinhamento com os valores da organização. Se os valores pessoais destoarem dos valores organizacionais, não há potencial que se perpetue. É tiro curto.

Outro ponto a considerar é o tradicional plano de carreira. O efeito crescimento gradativo, degrau a degrau, moroso e interminável, normalmente na vertical, é totalmente incongruente com a velocidade do mundo, quiçá dos jovens profissionais impacientes e infiéis da Geração Y que chegam ao mercado de trabalho. Ávidos por desafios, e não necessariamente por cargos, eles clamam por projetos desa-



fiadores, envolventes, bem como pela oportunidade de conviverem nestes projetos com pessoas inteligentes e bem sucedidas. É o que tem feito a chama do entusiasmo durar. O projeto acaba. Comemora-se e outro vem à tona. Novos desafios, gente nova, novas responsabilidades. Isso não enjoa!

Gestão dos benefícios? Pense num cardápio de opções. A autonomia e a liberdade de escolha convergindo com as necessidades presentes do jovem são excelentes aliados da retenção de talentos.

Invista em desenvolvimento e capacitação, sim. Mas se esforce e garanta para que os conhecimentos adquiridos sejam materializados no próprio meio profissional. Crie ambiente. Estimule. Desafie. Premie.

Tenho visto empresas investirem grandes somas em treinamento e doarem a custo zero um profissional para a concorrência.

Crie seu diferencial olhando para as suas pessoas, antes que alguém faça isso por você.

Seja criativo. Se tiver dificuldade, chame-os para o seu lado. Ali há idéias que não acabam mais. Idéias implantadas e celebradas também retêm talentos. Afinal, talento atrai talento.

MÁRCIA VESPA

Psicóloga com extensão em psicodrama, pós-graduada em marketing de negócios e MBA em gestão de pessoas pela Escola de Administração de Empresas da FGV.





A ARTE DE DECIDIR



Nossas decisões tornam-se imutáveis com o passar do tempo, mas suas conseqüências podem ser trabalhadas. Uma escolha feita há anos pode ter sido capaz de mudar completamente nossas vidas, mas temos que ter a consciência de que nossos caminhos podem ser retraçados.

Tanto no contexto executivo como no pessoal, é sempre desafiador fazer escolhas sem saber ao certo qual será seu "eco" em nosso futuro. Na esfera profissional, há sempre a dúvida se vamos ou não optar pela carreira certa ou se a empresa que estamos escolhendo para trabalhar vai mesmo suprir nossas expectativas. Na vida a dois, saber o momento exato de casar, de ter filhos ou mesmo de se separar é um período delicado em que um passo em falso pode nos colocar frente a algumas perdas irreparáveis. Talvez por essas circunstâncias, uma

importante postura seja compartilhar esses momentos com um profissional especializado, que possa nos auxiliar a enxergar cada situação por ângulos que, sozinhos, não conseguiríamos.

Podemos citar como exemplo o atual drama do jogador Ronaldo. Em 2000, quando ele operou o joelho, muitos acreditavam que sua carreira estava acabada. E como a Fênix, ave mítica que renasce das cinzas, ele não apenas retornou aos gramados, como ainda ajudou o Brasil a ser pentacampeão do mundo em 2002, sendo o artilheiro da Copa. E agora, quando uma lesão semelhante aconteceu, com uma idade mais avançada, ele tem que tomar uma importante decisão mais uma vez: parar ou não com a sua carreira de jogador? Mesmo alegando que será seu corpo, e não sua mente, que responderá a isso, sabemos que essa não é uma decisão tão cartesiana, tão simples de ser tomada.

Quando estava no time do Cruzeiro atuando como *coach* esportivo, presenciei inúmeros casos de atletas com sérias contusões. Posso destacar o caso do jogador Kerlon, conhecido como Foquinha, que, com menos de 20 anos, sofreu sua terceira lesão no joelho. Durante o trabalho, conversava constantemente com ele e com outros atletas que passaram por situação semelhante, auxiliando-os a enfrentar o momento dentro de uma perspectiva mais fortalecedora.

A palavra-chave para se reencontrar dentro dessa perspectiva é adaptação. Aprender a comportar-se em situações de incerteza e tomar decisões lúcidas, mesmo quando inseguro, é uma habilidade crucial para termos equilíbrio em uma vida tão instável. Trabalhos recentes na área da psicologia positiva, como o realizado pelo psicólogo

húngaro-americano Mihaly Csikszent-mihalyi, da Universidade de Chicago, mostram que quanto maior a capacidade das pessoas de transcender em suas dúvidas e receios, encontrando um ambiente mental de equilíbrio e bem-estar, maiores serão as suas chances de serem felizes. E, como já disse anteriormente, a procura por um profissional especializado em dar suporte às pessoas para explorar seus potenciais inexplorados é algo de extrema importância.

Ao longo dos anos, encontrei pessoas incríveis que tinham perdido a fé em si mesmas e na capacidade de terem sucesso novamente. Após o acompanhamento e os trabalhos de direcionamento feitos por um profissional, é visível o retorno do sentimento de vitória, de capacidade de superar as dificuldades e o mais importante: a aceitação do que se fez de errado como uma lição e não uma derrota.

Motivação, segurança e direcionamento, quando bem trabalhados, representam a fórmula de uma vida promissora no campo pessoal e profissional, ainda mais atualmente, quando parece ser mais difícil separar esses dois lados do dia-a-dia.

Só nos resta batalhar para que esses dois lados consigam ter a melhor conciliação possível, nessa eterna busca pela felicidade. E no labutar dessa busca, nada é imutável.

RICARDO MELO

Escritor e especialista em coaching.





GRAÇAS À PARCERIA DO CRC SP COM A SULAMÉRICA E A UNIMED PAULISTANA, VOCÊ PODE TER UM PLANO DE SAÚDE COLETIVO POR ADESÃO COM PREÇOS E VANTAGENS EXCLUSIVOS. ESSES BENEFÍCIOS VOCÊ SÓ ENCONTRA NA QUALICORP.

LIGUE E CONFIRA: 11 5583 7027









PARA ADESÃO, É NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO LEGAL COM O CRC SP. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS POR ADESÃO, COM REGRAS CONTRATUAIS DISTINTAS DOS PLANOS INDIVIDUAIS. EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CONSU Nº 14/98 (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS).

NÃO APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL EM TEMPO HÁBIL OU O ORÇAMENTO DE URGÊNCIA

Quando acabam as festas de final de ano, chega o primeiro dia útil do próximo exercício. Nesse momento a Contabilidade dos órgãos públicos está em uma fase importantíssima e com altíssima demanda de trabalho: é chegada a virada de ano, quando todos os saldos contábeis devem ser transpostos entre os exercícios e iniciase o longo processo de prestações de contas do exercício que se findou.

Além de iniciar os trâmites necessários para o balanço, dá-se início à execução orçamentária do novo exercício, quando os empenhos estimativos e globais são emitidos para fazer face aos contratos vigentes e para suprir as despesas anuais. E aí começam os problemas. Nesse momento, o Contador se dá conta de que a Câmara Municipal não aprovou a proposta orçamentária até o final do ano e, portanto, como não existe a lei orçamentária, conhecida como LOA, consequentemente, não existem créditos orçamentários que permitam à Contabilidade emitir as reservas de saldos para abertura de licitações e os respectivos empenhos.

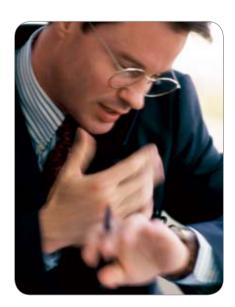
Esse fato não é tão raro quanto imaginamos e ocorre em diversos municípios brasileiros; também ocorre nos três níveis da área pública.

O princípio da legalidade diz que não haverá despesa sem lei anterior que a autorize e o Código Penal, artigo 359-D, tipifica como crime ordenar despesas não autorizadas em lei, prevendo reclusão de 1 a 4 anos.

Esse problema é causado principalmente pela falta de previsão legal sobre como proceder quando ocorre esse problema. Vejamos os textos legais publicados sobre o assunto:

A Constituição federal traz em seu artigo 57, parágrafo 2°: "A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orcamentária."

A carta maior traz ainda em seu artigo 166, no parágrafo 8º: "Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa."



A Constituição não trouxe informações sobre o que fazer caso a aprovação da LOA não ocorra, apenas refere-se que poderiam ser utilizados créditos mediante prévia aprovação legislativa. Porém, se nem o orçamento a Câmara votou em tempo hábil, caberia enviar novo projeto de lei de urgência criando tais créditos?

A Constituição do Estado de São Paulo, no seu artigo 9°, traz no parágrafo 4°: "A sessão legislativa não será interrompida sem aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e sem deliberação sobre o projeto de lei do orçamento e sobre as contas prestadas pelo governador, referentes ao exercício anterior."

Também no caso da Constituição estadual que em nada se referiu aos casos em que o orçamento não fosse aprovado.

Analisando a LDO 2008 da União (Lei nº 11.514/2007) e do Estado de São Paulo percebe-se que tanto um como outro se resguardam contra esse problema, adicionando em sua LDO anualmente um artigo tratando do assunto, basicamente com o mesmo texto:

Lei nº 12.515/2006, artigo 40: "Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da lei orçamentária até o início do exercício, fica esse poder autorizado a executar a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Le-



gislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês".

Dessa maneira, como foi não regulamentada em nenhuma Constituição, seja ela federal ou estadual, e analisando as saídas utilizadas pelas esferas federal e estadual, vemos que cabe ao município legislar sobre o assunto e prever em sua lei orgânica os prazos e saídas alternativas para os casos em que a aprovação não ocorra.

Caso, ainda, na lei orgânica municipal não haja nenhuma previsão nesse sentido, pode o município recorrer à sua LDO para trazer alternativas, nos mesmos moldes aos seguidos pela União e pelo estado.

O artigo sugerido para ser inserido na LDO municipal seria bem parecido com o da Constituição estadual:

"Artigo xx: Se o projeto de lei orçamentária para o exercício de yy não for aprovado pelo legislativo até o encerramento do exercício, a programação nele constante poderá ser executada a uma taxa de 1/12 (um doze avos) do valor listado em cada dotação até que o mesmo seja aprovado pelo legislativo e sancionado pelo executivo".

Mas imaginemos que o município não tenha tal previsão na sua lei orgânica, não tenha inserido tal artigo na sua LDO e o orçamento não tenha sido aprovado pela Câmara. O que fazer?

Vejamos algumas saídas apresentadas como plausíveis para o problema e utilizadas/defendidas por diversos municípios: a) execução em cotas duodecimais do orçamento do exercício anterior; b) abertura de créditos adicionais por meio de decreto; c) edição e aprovação de lei de autorização de abertura de créditos adicionais; d) execução do projeto de lei (não aprovado ainda) como lei orçamentária na proporção de 1/12 até que o orçamento seja aprovado.

Discutindo essas alternativas, vemos que a primeira saída torna-se extremamente ineficiente, visto que os programas e as ações que constavam no orçamento anterior já foram executados em época própria e não teria nenhum sentido serem retomados com novos créditos orçamentários. Mesmo sem fazer muito sentido, encontramos essa saída inserida nas Constituições Federais de 1934 e 1946.

A segunda alternativa de efetuar abertura de créditos adicionais por meio de decreto não se apresenta como válida, pois apenas uma lei pode aprovar tais créditos e não poderia ser feita mediante decreto.

A terceira alternativa de editar e aprovar nova lei autorizando a abertura de créditos seria viável e legal, porém



não faz sentido enviar novo projeto de lei à Câmara se o projeto de lei original da LOA já está em apreciação e não se ganharia tempo enviando novo projeto de lei.

A última alternativa, a de executar o projeto de lei originalmente enviado à Câmara, por meio da proporção de 1/12 do orçamento, mostra-se como a alternativa mais indicada para o caso, mas esbarramos ainda na falta de lei de autorização: enquanto uma lei não for aprovada os créditos não estarão vigorando.

Após todas as análises, vemos ser de suma importância que o município se resguarde e, adotando os exemplos da União e do estado, resolva esse vácuo legal, prevendo em sua LDO, ou lei orgânica, o artigo proposto, podendo, assim, o município arcar com o custeio mínimo, fazendo com que os seus serviços à população sejam mantidos, pelo menos até que a Câmara cumpra seu papel.

BIBLIOGRAFIA

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.tce.sp.gov.br>.

JUND, Sérgio. *Administração, Orçamento e Contabilidade Pública*. São Paulo: Editora Campus, 2006.

LEI de Diretrizes Orçamentárias do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.planejamento.sp.gov.br/PlanOrca/ldo.asp#>.

LEI de Diretrizes Orçamentárias Federal. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br.

RICARDO ROCHA DE AZEVEDO

Graduado em Sistemas Informatizados e graduando em Ciências Contábeis.



Novas formas de gerenciar equipes

Ouando entramos no ambiente de trabalho de uma organização, é comum encontrarmos os profissionais divididos fisicamente de acordo com os papéis que desempenham. O que não fica tão aparente é que a divisão física acarreta uma segmentação do conhecimento, que passa a ser gerado por departamentos. Por isso, é preciso rever o tradicional modo de gerenciar as equipes, para que seja possível aproveitar o trabalho do todo, criando uma interação holística, e não apenas ver a organização como a simples junção dos setores administrativo, financeiro ou de comunicação.

Ainda sobre esse tema, acredito que muito se tem falado sobre as questões da liderança e pouco sobre as questões do time e da capacidade que um grupo tem de criar novas soluções, a partir das experiências coletivas. Hoje, mesmo com o avanço dos meios de comunicação e da informática, que diminui as dimensões espaço/tempo, a departamentalização física dos escritórios

Quando dois
homens se
encontram e
trocam pães,
ambos saem
exatamente
com o que
possuíam.
Quando trocam
idéias, os dois
vão embora
com o dobro de
conhecimento.

ainda diminui o fluxo de informações entre funcionários que exercem tarefas diferentes. Isso faz com que as pessoas tenham acesso somente às opiniões daqueles que compartilham dos mesmos processos e tarefas, sendo que a visão de uma "terceira pessoa", imparcial ao problema, é muito importante.

Para ficar um pouco mais claro como um ambiente sem as tradicionais "barreiras" pode trazer benefícios, imagine uma empresa de softwares que deseja criar um novo programa para operacionalizar as tarefas do setor administrativo de uma determinada organização. Mesmo com todo o conhecimento técnico e a experiência em programação, a opinião do profissional do setor em foco é de grande importância para a equipe de criação, pois ele adquiriu o conhecimento tácito, provindo da experiência diária do trabalho.

O conhecimento adquirido com a rotina de um escritório, por exemplo,



não pode ser deixado apenas para quem realiza a tarefa; é necessário criar métodos e ferramentas que tornem possível compartilhar tal aprendizado. Isso é a gestão do conhecimento, em uma breve explicação: práticas e políticas que buscam ampliar o conhecimento individual dos profissionais a partir da socialização do conhecimento acumulado pelo grupo. Em uma situação mais delicada como, por exemplo, o desligamento de um funcionário que carrega muitas informações, os prejuízos à organização podem ser ainda maiores. Uma lacuna é criada, causando a interrupção de um importante projeto.

Quantas vezes, ao longo de um dia de trabalho, não queremos consultar uma pessoa que está fora no nosso círculo comum? O ser humano tem o costume de partilhar informações, na busca de aprimorar seus conhecimentos, desde a época em que utilizava os desenhos rupestres para se comunicar. Isso mostra que o ato de tornar o conhecimento comum é algo atávico, ou seja, que vem de um passado remoto.

Como exemplos de ferramentas de gestão do conhecimento que podem ampliar as discussões dentro de uma organização, no sentido saudável do termo, podemos citar a *intranet* e os *blogs* internos. Estes, elaborados pelo time de comunicação, tornam-se espaços que permitem discussões por profissionais de diversas áreas, ampliando o leque de alternativas para a solução de um problema específico. Já se ouve falar em lugares em que empresas de diferentes setores de atuação, como produtores de filmes e ateliês, dividem espaços comuns para

aumentar o fluxo de informações e intensificar a inovação.

Nestes casos, quando as experiências são compartilhadas, vale lembrar um ditado árabe: quando dois homens se encontram e trocam pães, ambos saem exatamente com o que possuíam antes de terem os caminhos cruzados. Mas quando eles trocam idéias, os dois vão embora com o dobro de conhecimento.

HEITOR JOSÉ PEREIRA

Doutor em Administração e professor.



O planejamento estratégico e o Plano de Recuperação Judicial

O objetivo genérico do PRJ (Plano de Recuperação Judicial), previsto na Nova Lei de Falências, é permitir às empresas em dificuldades financeiras que voltem a se tornar participantes competitivas e produtivas da economia. Os beneficiados serão não somente os atores econômicos diretamente envolvidos (controladores, credores e empregados), mas, principalmente, a sociedade como um todo. Não se deve confundir o Plano de Recuperação Judicial com um alongamento de dívida somente. O plano deve conter os instrumentos que identifiquem, ataquem e superem as causas do endividamento, acreditando que ele não será apenas meio de procrastinação da falência da empresa.



O plano deve conter os instrumentos que identifiquem, ataquem e superem as causas do endividamento. Primeiramente, a empresa deve analisar com profundidade os "fatores críticos de fracasso". A insolvência não é resultado de circunstâncias imprevistas ou ações inevitáveis, mas antes de tudo é conseqüência da má administração e de decisões econômicas incorretas.

Para aumentar as condições de sucesso do Plano de Recuperação é necessário dar chance de opinião a todos os credores para a formação do plano. Isso permite estabelecer um incentivo aos credores que vêem as possibilidades de abusos por parte dos devedores serem reduzidas. A participação de terceiros no plano envolve basicamente quatro canais de negociação: financiadores, fornecedores, clientes e empregados. Estes canais

devem ser abertos imediatamente após o pedido de Recuperação Judicial e deve haver clareza e visibilidade ampla quanto ao plano por parte de todos os atores envolvidos.

Num quadro de insolvência, sempre haverá a dúvida se aparecerão entidades dispostas a financiar as atividades da empresa. Esse canal de negociação é o maior responsável pelo sucesso da gestão do caixa da empresa.

Caso as negociações entre o devedor e seus fornecedores não sejam prontamente iniciadas, haverá sério risco de interrupção de fornecimento. Isso comprometeria o nível de caixa e estoque da empresa e poderia levar a uma paralisação das atividades por falta de matéria-prima, até se atingir um acordo.



Existe a possibilidade de que os clientes busquem outras empresas mais seguras para fazer negócio. Por outro lado, um relacionamento bom com clientes pode permitir estreitamento dos prazos de recebimento, aliviando o fluxo de caixa.

A eventual necessidade de demissões pode trazer conflitos com o sindicato e os funcionários. A possível perda de profissionais qualificados e em nível gerencial, fruto de uma procura por empregos mais seguros, também deve ser levada em consideração.

Variações do cenário poderão ocorrer no período em que a empresa estiver sob recuperação. Prever e tratar as ameaças e oportunidades advindas dessas alterações ambientais é importante para qualquer organização. No caso de uma em-

presa em crise, isso pode significar a diferença entre a recuperação e a falência. Entre as metas e objetivos da empresa em recuperação, o principal é o retorno da empresa a uma situação de geração de fluxo de caixa positivo que permita honrar suas dívidas.

O administrador judicial será a entidade que deverá reunir competências específicas relativas a situações de reestruturação em condições de crise. Deve-se notar que essa função pode ser exercida por uma pessoa ou por uma empresa, a qual pode reunir profissionais de diversas áreas.

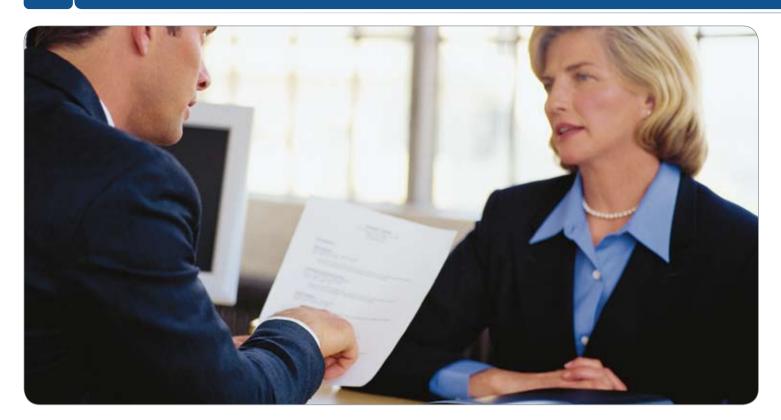
Quanto à avaliação do plano, existem relatórios previstos em lei. O Comitê deverá elaborar outros para medir a eficácia do plano e a necessidade ou não de alterações. Indicadores de desempenho devem ser bem aceitos, uma vez que facilitam a avaliação do plano e dos responsáveis.

Finalmente, no momento de elaboração do Plano de Recuperação Judicial, o empresário poderá escolher entre cumprir uma mera formalidade jurídica ou efetivamente dar a si mesmo uma segunda chance. Como foi visto, mesmo a empresa em situação de insolvência reúne todos os requisitos para adotar o planejamento estratégico como forma de sair da crise. As restrições apresentadas apenas delimitam o escopo do plano.

FÁBIO BARTOLOZZI ASTRAUSKAS

Mestre em Administração.





O RACIOCÍNIO PATRIMONIAL E O CONTADOR

O Contador por excelência possui o raciocínio patrimonial, visto que o patrimônio é o seu objeto de inquirição e considerando que o poder de sua atividade prática profissional é promover-lhe o melhor comportamento para a eficácia. Portanto, não outra coisa senão "pensar o patrimônio", "fazer patrimônio" e "auxiliar o patrimônio" deverá estar na mente daquele que promove a Contabilidade. E a intelectualização desse processo é a parte mais sublime de nossa profissão.

Sabemos que outras profissões estudam também o patrimônio: o Direito o investiga pelo ângulo de deveres e obrigações; a Sociologia pergunta-lhe os seus elementos sociais; a Administração busca o seu melhor governo; a organização persegue os princípios de

sua estrutura hierárquica humana e a Contabilidade... A Contabilidade por considerar este ser material disposto às mudanças, analisa-o pelo ângulo de comportamento, buscando e promovendo a sua prosperidade.

Agora, a conta, o balanço e as demonstrações não poderão ser mais aplicações superiores de nosso conhecimento, pois o nível de nossa razão se ostenta imediatamente elevado. O raciocínio como o melhor caminho, a melhor estrada, para que, por meio de análises e consultorias, se possa chegar ao privilégio da prosperidade, é primordial em nossa prática. Por isso, no país italiano, onde se desenvolveu grande parte de nossa doutrina, a Contabilidade é chamada de *Ragioneria*, palavra relacionada

Para se pensar bem, é preciso a liberdade como essência do pensamento.



com *ragione*, que significa em nossa língua "razão".

Mas, para que se raciocine bem sobre as coisas do patrimônio, sobre o seu fluxo, a sua estrutura, o seu conjunto de funções que se organizam em sistemas específicos, totalmente interdependentes, é necessário que se tenha liberdade, moral e pensamento imperativo. Algo semelhante à ótica kantiana. Para se pensar bem, é preciso a liberdade como essência do pensamento; também moral, pois ela atesta como esta liberdade deverá ser e, finalmente, o pensamento imperativo, que é o que propõe a lógica objetiva sobre o mesmo objeto. Estas três coisas, virtudes ou, como querem alguns, estas faculdades, devem existir para que o Contador penetre na melhor análise, melhor previsão, melhor comportamento patrimonial, melhor orientação para a concretização daquilo que raciocina.

Sabemos que a rotina que passamos, muitas vezes, dificulta tal raciocínio. O ócio também não é aproveitado como base para esta ação intelectual. Enquanto em alguns países, a atividade ociosa é valorizada como produtora de idéias e vantagens (em algumas empresas têm até várias concretizações de investimentos em gastos diferidos para esta habilidade), no nosso país,



infelizmente, é considerada "leviandade", "malandragem", "vagabundagem"; o que faz com que produzamos menos idéias, menos teorias e façamos mais técnicas, para não desenvolvermos amplamente nossa cultura. É uma prática existente que apenas permite o domínio econômico sobre nós mesmos. Permite a escravidão intelectual. Pode até ser uma questão de nosso costume, porém isso revela sinais negativos para o desenvolvimento econômico da nação. Nos lugares onde o conhecimento é realmente valorizado, a "experiência

de vida" conta com igual vantagem, senão, com menor simpatia. Em nosso País, quem possui o conhecimento nem sempre é valorizado; às vezes tem até menos valor do que um prático. Não há dúvida de que no Brasil grandes teorias foram elaboradas, mas deveria existir o esforço por parte da sociedade e das autoridades para que tais projetos fossem mais publicados e promovidos tendo como base de sua elaboração o raciocínio. Atualmente, trabalhos teóricos são difíceis de serem editados com a desculpa de





que não vendem (a nossa teoria não fica demonstrada e a escravidão intelectual de nosso povo continua). Nós, por experiência própria, temos esta dificuldade, mas isso é uma máscara de manipulação.

Então, para que o Contador consiga desenvolver e demonstrar o seu raciocínio patrimonial, ele deve deixar-se guiar pela rotina livre e não ser cativo. Ou melhor dizendo, ele não pode ser escravo da rotina, porque é provedor do saber. O profissional, cuja vida exige que ele se torne um escravo da máquina, a não ser em casos voltados para os processos sublimes de nossa prática de Auditoria, Perícia e análise patrimonial, dificilmente denotará o raciocínio que possui. As prestações de contas e a elaboração dos balanços nunca poderão preencher esta nossa habilidade cognitiva.

O fechamento mecânico de uma demonstração, por mais que tenha base em uma equação matemática, haverá dias em que completamente absorvido em sua elaboração pelas máquinas computadorizadas, deixará de fazer parte da refinada atividade do Contador, que deverá, nessa época, utilizar mais seu raciocínio para explicá-los e interpretá-los (em um nível de filosofia da análise).

Portanto, mesmo quando a vida exige um papel burocrático do Contador, de extensão de sua vida prática, deverá ele contar em seu escritório ou empresa com a ajuda de um departamento gerencial, que lide somente com os assuntos patrimoniais e administrativos, para os adequados fins que persegue.

Se hoje em dia é raro ver em algumas cidades departamentos de análise e consultoria empresarial nas empresas contábeis, este fato, por si só, deixa de prever muito facilmente a extrema necessidade desta atividade no futuro da profissão. As cidades de hoje, que são capitais ou grandes metrópoles,

não careciam antigamente de elementos humanos e sociais para o seu desenvolvimento? Então, do mesmo modo, será na Contabilidade a prática no uso do raciocínio. Temos exemplos claros nos Estados Unidos, cujo sistema tributário é simplificado, em que o Contador lida, com mais freqüência, com o gerenciamento das empresas, ao invés das prestações de contas.

Os movimentos de órgãos de classe, como por exemplo, os "Técnicos e Oficiais de Contas", em Portugal, recentemente demonstraram a sua vontade na redução da burocracia tributária e expuseram a sua versão para as normas de grupos porque, como dizem e pensam tais intelectuais, essas regras apenas alimentam a confusão e a falta da identidade de nossa prática científica com o seu escopo puro e indelével, que sempre possuiu durante os séculos.

Por mais que as outras profissões estudem nosso objeto, o Contador, por singularidade, detém o raciocínio patrimonial sublime, não porque é melhor que os outros profissionais, mas por ter este elemento-ser como objeto.

Não adianta algumas normas e alguns fatores do cotidiano tentarem subtrair esta nossa habilidade: ela se demonstra insuperável para qualquer época ou região. Mesmo com versões diferentes sobre o patrimônio, nosso raciocínio é genuíno, ou seja, busca tal objeto por si, em si e consigo mesmo. Por isso é que existe um espaço-tempo patrimonial. Este é o porquê da Contabilidade como ciência.

RODRIGO ANTÔNIO CHAVES DA SILVA

Contador neopatrimonialista.

Segurança nos Negócios Eletrônicos

A nova carteira de identidade do profissional contábil possui chip de memória para habilitação de certificado digital.

Compareça ao seu CRC e adquira já a sua. Depois é só solicitar o seu Certificado Digital Serasa pelo site www.certificadodigital.com.br/ carteiraprofissional.

Facilidade de acesso

- e-CAC/ SISCOMEX/ SPED/ e-DOC/ e-Processo
- Recursos Eletrônicos na Delegacia da Receita Federal/ Registro Eletrônico de Livros Mercantis nas Juntas Comerciais;

Certificação Digital Serasa. Muito mais segurança e agilidade nas transações com seus clientes.

Preço
Promocional
e-CPF A3 validade 3 anos
validade 3 anos, + leitora*

validade 3 anos, + leitora*

*Um ano de validade gratuto
*EN de desconto na sobre o
Pesconto preticado sobre o
preto do varejo

SERASA SERASA

1133 Serasa

An Experian Company

serasa.com.br



SEGREDOS PARA TRANSFORMAR UM PEQUENO NEGÓCIO EM UMA GRANDE REDE DE FRANQUIAS

A palavra segredo, por etimologia, é uma informação valiosa, mas que se for tornada pública pode comprometer algo ou alguém, geralmente não podendo ser revelada a determinadas pessoas.

No caso de uma rede de franquias, são os segredos, ou seja, o *know-how* que um negócio adquiriu, que vão fazer com que uma determinada marca se diferencie das demais. O segredo do negócio pode estar em um produto ou em um serviço, uma tecnologia, uma metodologia operacional ou até mesmo em uma especialização. Mas para que isso se torne legal e passível de expansão, é necessário, primeiramente, efetivar seu registro junto ao órgão responsável, o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial).

Partindo do pressuposto de que um pequeno negócio já se encon-

tra competitivo perante o mercado, com capacidade de gerar e fidelizar clientes, resultados financeiros comprovados, construindo sua própria indentidade e já iniciou o processo de registro da marca, chegou o momento de mais uma empreitada: a abertura de uma segunda unidade. Vale dizer que para iniciar o processo de expansão por meio do sistema de franchising é recomendável ter no mínimo três unidades próprias, que posteriormente serão chamadas de unidades piloto.

A operação das unidades piloto permite ao franqueador consolidar sua experiência no conceito de negócio, definir métodos de trabalho e revê-los quando necessário. Permite ainda introduzir novos produtos ou serviços, testando sua eficácia antes da

multiplicação da rede. Todos os acertos são registrados nessa fase, assim como todos os erros são excluídos. E são nessas unidades piloto que os franqueados serão treinados.

Neste sentido, é importante que o pequeno negócio comece a pensar como grande, estruturando sua equipe, suas estratégias, administração e gestão de suas unidades.

Por isso, o futuro franqueador deve prestar muita atenção e ter em mente que sua conduta atual, em relação ao negócio, implicará no sucesso ou no fracasso de outros. E que sua responsabilidade é muito mais abrangente do que um simples sonho.

O passo seguinte é o estudo de viabilidade econômica e financeira da marca a ser franqueada. Esse estudo visa



a minimizar possíveis falhas e abrange a empresa como um todo, mas enfatiza principalmente o pilar financeiro e tributário, que são os responsáveis pela análise de custo dos produtos, suas margens, ponto de equilíbrio de uma unidade, retorno do capital investido e, o mais importante, apresentar ao franqueado seu potencial de lucratividade.

A partir deste estudo concretizado, é o momento da elaboração dos documentos jurídicos a serem utilizados na rede de franquias. Esses documentos são fundamentais para a segurança do negócio, já que todos os seus segredos e suas regras de atuação deverão estar devidamente protegidos em contrato, e que esta proteção será estendida não só ao franqueador, mas também ao franqueado.

Devido à Lei n° 8.955, de 15 de dezembro de 1994, que regulamenta essa modalidade de negócio, os instrumentos jurídicos do sistema de franquia empresarial que normalmente são utilizados são os seguintes: COF (Circular de Oferta de Franquia), pré-contrato e contrato.

Antes da assinatura do pré-contrato ou do contrato, e independentemente de qualquer pagamento, é legalmente imprescindível fornecer ao futuro franqueado a COF, por escrito, contendo, obrigatoriamente, todas as informações essenciais e relevantes sobre o empreendimento. Observese que, consoante já decidido pelos tribunais brasileiros, a COF que não atender às determinações legais por ser incompleta ou falaciosa enseja indenização ao franqueado por quebra de fidúcia.

Em suma, toda e qualquer estruturação de um novo negócio ou for-

matação de uma rede de franquias exige dedicação, conhecimento técnico e pesquisa. Logo, é muito provável que um pequeno negócio de sucesso se transforme em uma grande rede, mas para isso é preciso investimento. Contar com uma equipe de profissionais habilitados, um suporte jurídico especializado e a total seriedade do franqueador, são condições sine qua non para o desenvolvimento de uma rede bem sucedida.

PATRÍCIA BARRETO GAVRONSKI

Especialista na formatação jurídica de franquias.





SUPERCOMPLICADO

À primeira vista, a opção pelo Supersimples pode parecer vantajosa, mas existem diversos fatores a serem avaliados, uma vez que na prática o resultado pode ser outro. Muitas empresas prestadoras de serviços que aderirem ao regime podem ser bem prejudicadas, pois já eram optantes pelo Simples antigo e agora foram enquadradas em uma tabela que pode, em casos mais extremos, custar quase três vezes mais em impostos.

Portanto, para quem acha a regulamentação do Supersimples sinônimo de solução, aí vai o alerta. É preciso tomar cuidado com o regime tributário a ser escolhido, pois novas atividades foram incluídas, como imobiliárias, academias, produtores de *softwares*, escritórios de Contabilidade e de vigilância, limpeza ou conservação, entre outras. No entanto, a tributação pode ser diferente das companhias que já estavam no Sim-

ples antigo. Estes são apenas alguns exemplos de quem será prejudicado pelo novo regime tributário. Tudo isto porque, em alguns casos, o INSS fica de fora do Simples.

Para este grupo de empresas, a alíquota a ser aplicada é determinada em função do fator "R" — a relação entre o total de salários e encargos em 12 meses com o da receita bruta do mesmo período; o INSS a cargo da empresa não faz parte do Simples, devendo ser recolhido da forma atual. Nas companhias destes segmentos que faturam mais de R\$ 1,2 milhão é considerada a alíquota de 5% de ISS. É preciso ficar atento antes de optar, pois em alguns municípios a alíquota do ISS é inferior.

Outros setores de prestação de serviços em que a participação da folha de pagamento nas despesas é baixa também correm o risco de ter altas estratosféricas na carga fiscal. Isto porque o INSS de parte da companhia vai ficar de fora da alíquota do Simples e será recolhido como qualquer empresa, tributada pelo lucro real ou presumido, ou seja, cerca de 21% de INSS.

Com o novo sistema, algumas atividades obrigatoriamente passam a pagar contribuição previdenciária, o que não ocorria no Simples Nacional. São empresas que podiam optar pelo Simples Federal, mas não pagavam contribuição previdenciária sobre a folha. Além disso, mediante uma relação entre custos com salários e receita bruta, a alíquota é maior. Uma empresa que tem esta relação acima de 0,4 paga alíquota entre 4% e 13,5%, dependendo da receita bruta. Se estivesse abaixo de 0,3, por exemplo, desembolsaria 15%, independentemente do seu tamanho.

Em uma simulação para detectar o impacto negativo do Supersimples, uma empresa com faturamento de R\$ 1,32 milhão e com baixa rentabilidade pode pagar até R\$ 118 mil a mais de imposto caso adote o novo regime.

Outro problema está na dificuldade que muitas micro e pequenas empresas estão tendo para fazer a migração para o Supersimples, por conta de dívidas com o Fisco municipal. De acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo, do total de 1,34 milhão de micro e pequenas empresas, cerca de 860 mil têm alguma pendência tributária ou cadastral com a Fazenda e não estão aptas a participar da migração automática para o regime.

De acordo com a nova legislação, pode ser concedido o parcelamento, em até 120 prestações mensais e sucessivas, dos débitos relativos aos tributos e contribuições. Mas com uma condição: apenas as dívidas contraídas antes de 31 de janeiro de 2006. O valor mínimo da parcela mensal será de R\$ 100 e pode agregar débitos inscritos em dívida ativa.

Os cálculos da dívida devem ser feitos com muita cautela antes de se pensar na adesão ao regime. É preciso checar se vale realmente a pena quitar os débitos. Às vezes, a adaptação pode custar caro e o retorno não ser tão significativo.

HUGO AMANO

Gerente contábil.



Você faz parte da nossa história.



Prémios

Prêmio Personalidade do Ano 2006















CURSOS

CEAD PHOENIX

Os cursos do CEAD visam aperfeiçoar, qualificar e capacitar os treinandos. Os cursos destinam-se gratuitamente aos usuários Contmatic. Porém se você ainda não é nosso cliente, ligue agora e confira nossa grade de cursos e seus respectivos valores.

CONJULTORIA

LEGALMATIC PHOENIX

O Legalmatic é um serviço de Consultoria On-Line gratuita disponível a todos os nossos usuários. Possui um acervo de legislações da área contábil, tributária, trabalhista e previdenciária.

INTERNET



SOFTWARES PHOENIX W

ESCRITA G5 PHOENIX

O que dizer de um sistema que desde 1987 se mantém como o Best Seller dos sistemas de livros fiscais. Sistema prático de escrituração, que possui controle de conta corrente e está sempre atualizado para atender as obrigações legais como:
NF Paulista, DIRF, DCTF, GIA, etc...

NF PAULISTA PHOENIX

Sistema para geração de arquivos NOV do ECF e das Notas Fiscais modelos: 1 e 2 (NFVC) para entrega à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Gratulto para clientes.

CONTABIL PHOENIX

Agilidade, praticidade, rapidez de um sistema de Contabilidade, atendendo plenamente às necessidades fiscais das empresas tributadas pelo Lucro Real. Incorpora também as principais características gerenciais.

ADM CALC PHOENIX

O Adm Calc é um sistema com diversos recursos como protocolo de documentos, boletos, recibos e muito mais.

Jr IRPJ PHOENIX

FOLHA PHOENIX

Folha de Pagamento que incorpora

uma inovadora engenharia de modo

a configurá-la ás necessidades de

a Selecão de demonstrativo para

o Simples Nacional e Folha de

sua empresa. A Folha Phoenix gera

Pagamento por tomador de serviço.

Tudo fica mais simples para quem utiliza este sistema que, além de disponibilizar a escrituração do livro caixa, efetua os cálculos do Lucro Presumido e do Simples Nacional automaticamente, sem trabalho algum para o usuário. Também exporta as informações para os programas do governo: DCTF, DIPJ, PJSimples.

E N F S PHOENIX

Assim como toda linha Contrnatic Phoenix, totalmente integrado ao sistema de Escrita Fiscal G5 Phoenix. Gratuito para Clientes Contrnatic.

Conheça o novo Gescon 2.00

Gestão de Escritórios Contábeis

- ☑ Controle de Clientes e Clientes Esporádicos
- ☑ Controle de Não Clientes
- Reajuste de Honorários Automáticos
- Contas a Pagar
- ☑ Contas a Receber
- ☑ Livro Caixa
- Lançamentos de Eventos Automáticos e Manuais
- Emissão de Nota Fiscal de Serviços e Nota Fatura
- Emissão de Boletos Bancários em Laser e Jato de Tinta
- Agrupamento de Boletos Bancários
- ☑ Emissão de Recibos
- ☑ Emissão de Carta de Cobrança
- ☑ Emissão de Cheques
- ☑ Emissão de Darfs sobre as Prestações de Serviços
- Fluxo de Caixa Sintético e Analítico
- ☑ Transferência entre Contas
- Importação de Extratos

Simplesmente Surpreendente!!!

- ☑ Conciliação Bancária
- ☑ Importação de Francesas
- ☑ Geração de Arquivo Remessa Banco
- ☑ Integração com a Contabilidade
- ☑ Integração com a Escrita Fiscal
- Exportação de RPS (Recibo Provisório de Serviços)
- Importação de Nota Fiscal Eletrônica
- ☑ Gerenciamento de Guias
- Cálculo de Impostos em Atraso
- ☑ Emissão e Gerenciamento de Protocolos
- ☑ Emissão de Orçamentos
- ☑ Controle de Atendimento (CRM)
- ☑ Controle de Acesso (Usuários)
- ☑ Cálculo de Lucratividade
- ☑ Ficha de Apontamento "Time Sheet"
- ☑ Emissão de Etiquetas para Correspondência
- ☑ Agenda de Compromissos

www.contmatic.com.br

Matriz:

Rua Padre Estevão Pernet, 215 - Tatuapé São Paulo - SP - Cep 03315-000 Fone / Fax: (11) 2942-6723

Filiais

- ✓ Campinas (19) 3213-7007
- São José dos Campos (12) 3921-0888
- ✓ Marilia (14) 3454-7774
- √ São José do Rio Preto (17) 3222-6710
- √ Ribeirão Preto (16) 3967-3536



SABE POR QUE A DP COMP É LÍDER NO SEGMENTO CONTÁBIL HÁ TANTOS ANOS? A GENTE CONTA.





Há 27 anos, a Dp Comp Sistemas oferece soluções em software que melhor se encaixam às necessidades do seu negócio. Uma empresa pioneira no mercado, especialista no desenvolvimento de novas tecnologias em gestão de escritórios de contabilidade, proporcionando mais segurança e rapidez em todas as suas operações. Qualidade que se comprova tanto na ponta do lápis quanto na satisfação de todos os seus clientes.





Escrita Fiscal



















Televendas: 0800 015 55 61 www.dpcomp.com.br

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CRC SP MAIS UMA VEZ INOVA E LANÇA O BOLETIM CRC SP ELETRÔNICO



Na vanguarda dos últimos lançamentos, o CRC SP já está disponibilizando o *Boletim CRC SP Eletrônico*, para que os seus leitores possam acessá-lo pela internet.

No Portal do CRC SP (www.crcsp. org.br), o novo *Boletim* virtual usa a tecnologia para documentos eletrônicos da empresa VirtualPaper.

O usuário encontra disponível a edição nº 167, de junho, julho e agosto de 2008, e também as edições anteriores, de 2006 a 2008, podem ser lidas no Portal do CRC SP.

O Boletim CRC SP, que é publicado trimestralmente, será editado em papel nas duas últimas edições de 2008, em setembro e dezembro, concomitantemente com a edição virtual. A partir de 2009, apenas a versão eletrônica será divulgada, em função da política de economia de papel implantada pelo CRC SP em favor do meio ambiente.

Além de contribuir com a preservação das árvores, o CRC SP está investindo na mais moderna tecnologia para que os leitores possam acessar a publicação em qualquer lugar e na hora que quiserem.

A escolha pela versão eletrônica também se deveu pela possibilidade de divulgação ao público em geral e não

apenas aos Contabilistas. O *Boletim CRC SP* impresso é distribuído gratuitamente aos 110.000 Contabilistas registrados no Conselho. No Portal do CRC SP, ele poderá ser lido por um público maior.

A partir de 2009, apenas a versão eletrônica será divulgada, em função da política de economia de papel implantada pelo CRC SP.

Muito fácil de ser lida, a edição online tem boas novidades: basta digitar uma palavra e é acionada a busca pelo assunto de interesse do leitor. Também há a facilidade de virar as páginas com um simples clique e o uso do zoom para que cada leitor possa desfrutar da sua leitura com muita comodidade. Sem contar a satisfação de salvar muitas árvores, afinal elas neutralizam a emissão de gases que provocam o aquecimento global.

O CRC SP mais uma vez sai à frente, a exemplo do que já fez ao implantar as eleições virtuais e os "Serviços Online" para os Contabilistas, porque acredita que os profissionais da Contabilidade devem apropriar-se das modernas ferramentas da tecnologia, interagir, participar de todos os assuntos da atualidade e contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.



BIBLIOTECA VIRTUAL DO CRC SP

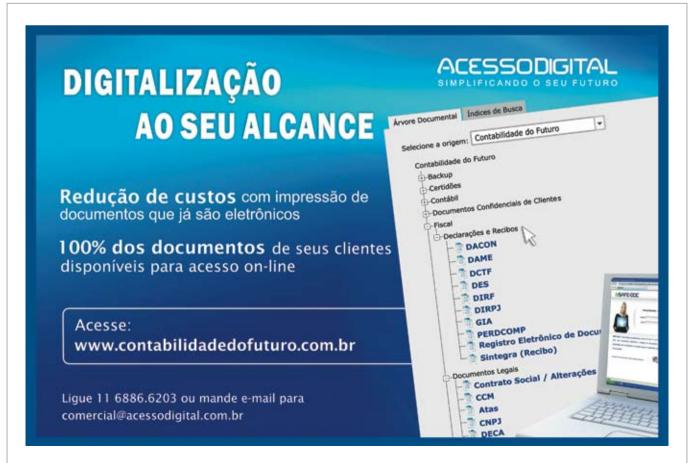
Brevemente, a Biblioteca Nelson Rodrigues, do CRC SP, poderá ser acessada via internet. O CRC SP está realizando os trâmites legais para a aquisição de um *software* que permitirá a modernização do acervo de todos os livros do Conselho.

Será criado um banco de dados das obras existentes no acervo da Biblioteca, com digitalização das capas e índices dos livros. Serão catalogados também monografias, periódicos e artigos, com uma ferramenta de busca para facilitar a pesquisa pelos usuários.

Assim que o *software* for implantado, serão disponibilizados *links* de consulta de outras bibliotecas públicas.

Além disso, o CRC SP está fazendo uma lista para adquirir novas obras com temas ligados à Contabilidade.







FISCALIZAÇÃO

A ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No exercício da atribuição de fiscalização do exercício da profissão contábil, o Departamento de Fiscalização tem se deparado com uma situação que merece a devida divulgação e a transmissão de orientações para prevenir a ocorrência.

A Fiscalização está verificando por amostragem as Demonstrações Contábeis quanto a sua estruturação de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, aprovados pelas Resoluções CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, e nº 774, de 16 de dezembro de 1994, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade aprovadas pela Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, para que possa identificar as irregularidades nelas contidas.

NESTE TRABALHO VERIFICAMOS QUE AS OCORRÊNCIAS EM MAIOR NÚMERO SÃO:

- Falta de assinatura do responsável pela empresa e pelo Contabilista no livro Diário;
- Demonstrações Contábeis transcritas no livro Diário sem centavos;
- Balanço Patrimonial sem a descrição das contas no seu maior grau (analíticas);
- Balanço Patrimonial sem a especificação das contas do grupo disponibilidades;
- Falta de constituição da provisão para riscos no recebimento de créditos;
- Falta de alocação contábil da depreciação;
- Não reconhecimento de ativos fiscais diferidos (empresas no lucro real);
- Não apropriação das férias e 13° salário pela competência do exercício;
- Falta de adoção de contas específicas para as verbas trabalhistas e retenção das contribuições previdenciárias;

Essas questões podem ser evitadas se o Contabilista tomar alguns cuidados e procurar observar a legislação vigente que está disponível no portal do CRC SP: www.crcsp.org.br.

Quanto à correta preparação das Demonstrações Contábeis se recomenda sempre observar a Resolução CFC nº 751/93, que dispõe sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade.

As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando

da realização dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560, de 28 de outubro de 1983, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

ART. 2º As Normas classificam-se em Profissionais e Técnicas.



- § 1º As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional, caracterizando-se pelo prefixo NBC P.
- § 2º As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade, caracterizando-se pelo prefixo NBC T.
- **ART. 3º** As NBC (Normas Brasileiras de Contabilidade) podem ser detalhadas por meio de Interpretações Técnicas.

Parágrafo único. As Interpretações Técnicas são identificadas pelo código da NBC a que se referem, seguido de hífen, sigla IT.

ART. 4º O Conselho Federal de Contabilidade poderá emitir Comunicados Técnicos quando ocorrerem situações decorrentes de atos gover-



namentais que afetem, transitoriamente, as NBC.

Parágrafo único. Os Comunicados Técnicos são identificados pela sigla CT, seguida de hífen.

ART. 5º A inobservância de Norma Brasileira de Contabilidade constitui infração disciplinar, sujeita às penalidades previstas nas alíneas "c", "d" e "e" do art. 27 do Decreto-lei n° 9.295, de 27 de maio de 1946 e, quando aplicável, ao Código de Ética Profissional do Contabilista



DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

AUDITORES INDEPENDENTES DEVEM CUMPRIR TRIÊNIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA ATÉ DEZEMBRO

Os Contadores que exercem a função de Auditores Independentes, de forma individual ou como responsáveis por empresas do ramo e que estejam cadastrados na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), são obrigados a obter o mínimo de 96 pontos de Educação Profissional Continuada pelo triênio 2006-2008, até o final deste ano. Essa norma está na Resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1.074/2006.

A norma deve ser seguida também por Contadores, funcionários ou parceiros que participem de trabalhos de Auditoria, mesmo sem estarem cadastrados na CVM. O não cumprimento poderá acarretar infração, segundo o Artigo 2º, Inciso I, e Artigo

11, Inciso IV, do Código de Ética Profissional do Contabilista.

No Portal do CRC SP (www.crcsp. org.br) encontra-se disponível o controle dos Relatórios de Pontuação do Programa de Educação Profissional Continuada, entregues pelos profissionais em 2006 e 2007.

Para ter acesso ao seu relatório, deve-se entrar em "Desenvolvimento Profissional"; em "Certificados"; em "Relatórios das atividades" (digitar o nº do CRC e a senha) e "Relatório de pontuação EPC". Quem esqueceu a senha, deve clicar em "Serviços Online" e em "Esqueci minha senha", para que o CRC SP possa enviar a senha para o e-mail cadastrado.

Quem tiver dúvidas ou desejar outras informações deve escrever para desenvolvimento@crcsp.org.br.

CRC SP JOVEM PROMOVE O PROGRAMA DE FÉRIAS

Durante o mês de julho de 2008, a Comissão CRC SP Jovem realizou uma série de atividades para seu público alvo: estudantes e Contabilistas com até 35 anos.

O Programa de Férias teve 637 participações e foi composto por várias palestras e pelo *workshop* "Sua carreira, a escolha certa".

Os palestrantes eram especialistas nas áreas que foram abordadas



Programa de Férias em julho trouxe jovens para o CRC SP

No Portal do CRC SP
(www.crcsp.org.br)
encontra-se disponível
o controle dos
Relatórios de Pontuação
do Programa de
Educação Profissional
Continuada.





O palestrante Nobuya e os conselheiros Elizabeth, Donizete e Telma



No I Encontro foram discutidos os novos paradigmas da educação superior

e profissionais ligados às várias entidades que apoiaram o evento: CRA-SP (Conselho Regional de Administração de São Paulo), Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo), Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo) e Sindcont-SP (Sindicato dos Contabilistas de São Paulo).

I ENCONTRO ESTADUAL DE COORDENADORES E PROFESSORES DA ÁREA CONTÁBIL

No dia 2 de agosto de 2008, o CRC SP sediou o I Encontro Estadual de Coordenadores e Professores da Área Contábil. O coordenador da Câmara de Desenvolvimento Profissional, José Joaquim Boarin, representou o presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello. Também estavam presentes a conselheira Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira e os membros da Câmara de Desenvolvimento Profissional, os conselheiros Telma Tibério Gouveia, José Donizete Valentina e José Carlos Melchior Arnosti

Realizado no auditório do CRC SP, durante um dia inteiro, o I Encontro começou com a palestra do professor Nobuya Yomura sobre "A experiência e conjugação de esforços dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis do Grande ABCD"

Em seguida, o professor Marcos Reinaldo Severino Peters falou das "Alterações das Demonstrações Contábeis a partir da Lei nº 11.638/2007". A palestra "Adequação do currículo de Ciências Contábeis a partir das alterações advindas da Lei nº 11.638/2007" também foi proferida pelo professor Marcos.



CRC SP Jovem promoveu várias palestras

À tarde, mais duas palestras: "Possibilidades tecnológicas para o desenvolvimento de cursos de graduação e EAD", com a professora Adriana Barroso de Azevedo, e "A nova realidade educacional a partir do Sinaes/Enade", com a professora Fátima Aparecida Pighinelli Azar.

DIPLOMA DE MÉRITO: ESCOLAS DEVEM INDICAR ALUNOS

O Diploma de Mérito é a forma que o CRC SP tem de premiar os melhores formandos dos cursos de Técnico em Contabilidade e de Ciências Contábeis. As instituições de ensino devem indicar seus alunos por meio de um formulário disponível no Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br).

O formulário está no *link* de Desenvolvimento Profissional e, assim que for preenchido, deve ser enviado para o e-mail desenvolvimento@crcsp.org. br ou para o fax 11 3824.5487, até o dia 18 de novembro.

O patrono do Diploma de Mérito em 2008 é o Contabilista Walter Guerino Pizzo e a solenidade será realizada no dia 18 de dezembro de 2008.

REGISTRO

MODERNA E PRÁTICA, CARTEIRA DO CONTABILISTA É DOCUMENTO FUNDAMENTAL PARA O PROFISSIONAL

Quase 500 Contabilistas recémformandos já receberam a nova Carteira Profissional em solenidades organizadas pelo CRC SP. Essas solenidades voltaram a fazer parte dos eventos do Conselho pela importância que têm para os profissionais.

"Não queremos apenas entregar a Carteira Profissional para os novos Contabilistas" – disse o presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, "mas, principalmente, mostrar-lhes o que o Conselho tem para oferecer-lhes e falar dos direitos e obrigações que eles têm como profissionais registrados".

A entrega das Carteiras é feita mensalmente e só na sede do CRC SP já foram seis solenidades. Uma das propostas implementadas pela atual gestão do CRC SP, é sempre uma festa para os Contabilistas, familiares e amigos que comparecem. Campinas, Ribeirão Preto, Araraquara, Sorocaba, São José dos Campos e Santos tam-



Pose com a Carteira Profissional de Contabilista

bém já tiveram eventos para entrega solene de Carteiras.

A vice-presidente de Registro do CRC SP, Celina Coutinho, adora participar do evento porque tem a oportunidade de se dirigir aos recém-regis-

trados. Segundo ela, "para exercer a profissão com excelência é preciso paixão, é preciso estudar sempre e participar das entidades que nos representam".

Celina enfatiza a importância da Carteira Profissional e o compromisso assumido em nome da ética. "Aprimoramento e participação social como profissionais e como cidadãos também são essenciais" – ensina a primeira vice-presidente mulher do CRC SP.

Durante uma das solenidades em São Paulo, a Contadora Eulina Clementino de Alencar, que recebeu sua Carteira, estava muito emocionada e disse que gostou bastante da cerimônia. "Foi muito agradável e aproxima o profissional do CRC SP".

Nova Carteira – Os Contabilistas que participaram das solenidades estão recebendo a nova Carteira Profissional, confeccionada em policarbonato e *chip* criptográfico, com dispositivo antifraude e que permite a Certificação Digital.



Fotografia para guardar como lembrança





Familiares e amigos comparecem e alegram a cerimônia

Se quiser ativar a Certificação Digital da sua nova Carteira, o Contabilista poderá usar o documento para acessar serviços em diversos órgãos públicos, em todos os níveis da administração.

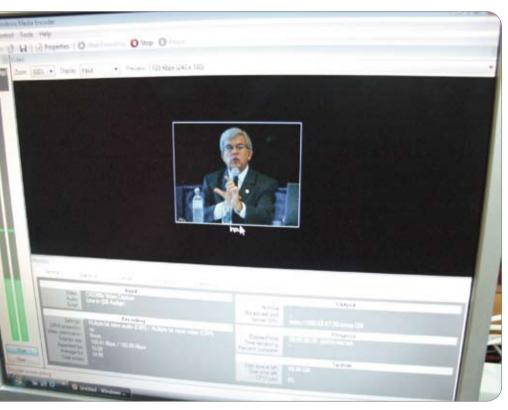
A nova Carteira está sendo adotada desde outubro de 2007, depois de ter sido criada pela Resolução CFC nº 893/2000 e alterada pela Resolução CFC nº 1.093/2007.

O novo modelo pode substituir o RG, pois vem com os dados pessoais (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, fotografia, impressão digital e assinatura) e os dados profissionais (título de habilitação e número de registro no CRC).

Os Contabilistas podem pedir a substituição da Carteira antiga pela nova. Basta comparecer à sede do CRC SP ou acessar o endereço eletrônico www.cfc.org.br/sisweb/ novacarteira/solicitacao.html, imprimir uma guia e pagar o valor de R\$ 35,00. Feito isso, é só dirigir-se ao CRC SP com uma foto 3x4 recente, a guia paga e um documento que comprove os dados pessoais. No CRC será coletada a impressão digital e a assinatura do profissional. A nova carteira será entregue em aproximadamente 30 dias, no CRC SP.



PALESTRA AO VIVO INAUGURA NOVA FASE DO CRC SP



Em casa ou no escritório, a palestra foi assistida em tempo real

A palestra "Novos paradigmas na formação de nível superior e os impactos nos Conselhos profissionais", transmitida, no dia 5 de agosto de 2008, ao vivo pelo Portal do CRC SP (www.crcsp.org.br), abriu uma nova perspectiva para o desenvolvimento educacional dos Contabilistas.

A transmissão serviu como um teste para a mais nova mídia que o CRC SP quer instalar durante a gestão 2008-2009, do presidente Sergio Prado de Mello: a TV *online*, que transmitirá os eventos educacionais e culturais organizados pelo Conselho.

O evento, aberto pelo presidente do Conselho, foi realizado no auditório do CRC SP e assistido por especialistas em Educação de várias partes do Brasil, interessados na comparação feita pelo palestrante Paulo Roberto da Silva entre o antigo sistema de currículos mínimos e as novas diretrizes curriculares, com destaque para a formação de ciclos.

O palestrante é consultor da Secretaria de Educação Superior, do MEC (Ministério da Educação). Ele defendeu a reforma da educação superior a partir da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, que muda os paradigmas dos currículos, dando ênfase aos ciclos.

Calcado em modelos europeus, a formação superior brasileira a ser implantada será bem diferente do que é hoje: o estudante fará os três primeiros anos básicos e só depois optará pelo curso desejado, concluindo-o após mais dois anos. A especialização se dará apenas em cursos de pós-graduação.

O professor Silva é defensor da Educação Continuada e do Exame de Suficiência. "Acho fundamental a participação dos Conselhos na elaboração da reforma da educação" – disse ele, "porque as entidades devem cobrar dos profissionais o correto exercício da profissão".

Transmissão com qualidade — Quem acessou o Portal do CRC SP pôde ver com muita qualidade a palestra e o interessante debate levado a cabo logo após. Os especialistas presentes puderam questionar o palestrante sobre várias questões, como fez o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, José Martônio Alves Coelho, que obteve o compromis-

A palestra ao
vivo abriu uma
nova perspectiva
para o
desenvolvimento
educacional dos
Contabilistas.



so do professor Silva de examinar as inúmeras propostas para a educação superior, de autoria do CFC.

O evento foi prestigiado por inúmeras personalidades do mundo contábil, como os conselheiros do CRC SP; os vice-presidentes do CFC, Juarez Domingues Carneiro (Desenvolvimento Operacional) e Enory Luiz Spinelli (Fiscalização, Ética e Disciplina); os presidentes José Heleno Mariano (Sindcont-SP) e Waldir Pereira Gomes (Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo); a vice-presidente de Gestão do CRC RS, Ana Tércia Lopes Rodrigues; a vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Profissional do CRC RJ, Diva Maria de Oliveira; o vice-presidente de Controle Interno do CRC PR, Túlio Hofmenn, e a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRC MG, Sandra de Carvalho Campos.



O Exame de Suficiência e a Educação Continuada receberam o apoio do palestrante



SEMINÁRIO REGIONAL DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO REÚNE MAIS DE 300 PARTICIPANTES

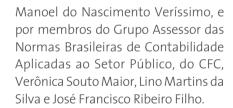
O presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, e o vice-presidente de desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro, fizeram a abertura do V Seminário Regional das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, que reuniu em São Paulo, 300 profissionais contábeis de diversas cidades e estados, no dia 4 de agosto.

Ambos dirigentes destacaram a excelente oportunidade de atualização aos participantes e a importância da Contabilidade ao desenvolvimento e à transparência no setor público. "A missão do Estado é servir à comunidade e a Contabilidade é

um alicerce fundamental para isso, porque é voltada ao patrimônio, e neste evento estamos falando sobre patrimônio público", ressaltou Juarez Domingues Carneiro.

A mesa do evento foi composta por Sergio Prado, Juarez Carneiro – representante da presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim – e Walmir Leôncio da Silva, representando o presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Edson Simões. Pelo coordenador-geral de Contabilidade da STN (Secretaria do Tesouro Nacional), Paulo Henrique Feijó, pelo presidente da ACMSP (Associação dos Contadores Municipais de São Paulo),

O CFC quer
atender as novas
demandas sociais
por um novo padrão
de informações
geradas pela
Contabilidade
Pública.



O seminário, da FBC (Fundação Brasileira de Contabilidade), idealizado pelo CFC, divulgou conhecimentos e discutiu as NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público) em duas oficinas práticas.

"O assunto nos interessa muito e viemos nos atualizar", disse a Contadora Elis de Morais, que administra recursos da área de educação, e que participou juntamente com o marido, o Contador Roberto de Oliveira Júnior. Ambos trabalham na Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, na região de Campinas.



Presidente Sergio Prado de Mello: transparência do setor público é fundamental





Seminário do CFC provocou enorme interesse em São Paulo

O próximo encontro para o segmento já está marcado. Após os cinco seminários regionais, o CFC realizará o II Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Públicas, em Belo Horizonte (MG), no mês de outubro.

Normatização — Ao elaborar as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o CFC visa a contribuir para a uniformização de práticas e procedimentos contábeis, que se faz necessária em virtude da dimensão e da diversidade da estrutura de administração pública brasileira, possibilitando, também atender as novas demandas sociais por um novo padrão de informações geradas pela Contabilidade Pública. Nesse grande projeto estratégico, o CFC conta com a parceria da STN.



Eventos do espaço cultural CRC SP

O CRC SP acredita que é fundamental a participação cultural dos cidadãos. Por isso, implementa uma política cultural por meio da Comissão de Projetos Culturais e de atividades mensais de Artes Plásticas, mescladas à música e à poesia.

Em parceria com o IPH (Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico no Estado de São Paulo) organizou em junho, julho e agosto de 2008 diversos eventos culturais

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA **NO BRASIL**

Canções tradicionais japonesas, músicas do cancioneiro argentino e "Carinhoso", do brasileiro Pixinguinha, compuseram o espetáculo musical

apresentado pelo coral da AUN (Associação Universitária Nikkei), de Buenos Aires, Argentina, no dia 20 de junho de 2008, no Espaço Cultural CRC SP.

O coral da AUN é composto por membros da comunidade japonesa da capital argentina e começou suas atividades em 1992. Atualmente, é regido pelo maestro Gustavo Giménez e pelos assistentes Elizabeth Gudiño Carmona e Lucas Echaniz.

O espetáculo foi aberto pelo coordenador da Comissão Melhor Idade do CRC SP, o presidente do Conselho na gestão 1984-1985, Antonio Luiz Sarno.

Os presentes também foram saudados em japonês pelo presidente do CRC SP na gestão 1967-1968, Tikara Tanaami.

A Associação Universitária Nikkei foi formada para estreitar os laços de amizade e solidariedade entre os japoneses e os descendentes argentinos. O coral apresenta-se em festivais, festas e em eventos folclóricos.

A apresentação no auditório do CRC SP foi seguida com muita atenção pelos convidados, muitos dos quais descendentes dos imigrantes japoneses que chegaram nos últimos 100 anos ao Brasil.



100 anos de imigração japonesa no Brasil: canções japonesas no CRC SP



A homenagem às descendentes brasileiras

Ao final da apresentação, o presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, agradeceu a presença do coral no CRC SP e ressaltou a importância do trabalho e da cultura dos milhares de imigrantes japoneses, que fizeram do Brasil sua terra natal.

O evento foi prestigiado pelos vice-presidentes do CRC SP Domingos Orestes Chiomento (Administração e Finanças), Claudio Avelino Mac-Knight Filippi (Fiscalização) e Celina Coutinho (Registro). Estavam pre-



Trovadores se apresentam no palco do auditório do CRC SP

sentes também os conselheiros Ana Maria Costa, Arnaldo Longhi Colonna, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho e José Joaquim Boarin.

Também vieram à homenagem a diretora do Sindcont-SP, Carolina Tancredi de Carvalho, o diretor do Sescon-SP, João Edison Deméo, e o Contabilista e presidente do Movimento Poético Nacional, Walter Argento.

ESCULTURAS DE SHIRLEY XAVIER

A exposição "Interação, Música e Escultura", da artista Shirley Xavier, foi inaugurada no Espaço Cultural CRC SP, no dia 3 de julho de 2008. Ao todo foram 18 obras elaboradas com diversos materiais, como o bronze, mármore reciclado, fibra de vidro e resina.

A vice-presidente de Registro do CRC SP, Celina Coutinho, esteve presente na inauguração e elogiou o trabalho da artista. "É um trabalho diferente, tem linhas bonitas e transmite muito sentimento", disse.

O Duo Harmônico, formado pelos músicos Ana Luzia Maia Garcia e João Lopes dos Santos Filho, encantou a platéia com canções interpretadas no piano e no violino. O conselheiro do CRC SP e coordenador da Comissão de Projetos Culturais, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, fez a apresentação do Duo.

O presidente do Conselho Consultivo do Sindcont-SP, Arthur Verna, que representou as entidades Sescon-SP e Aescon-SP e a diretora social do Sindcont-SP, Carolina Tancredi de Carvalho, prestigiaram a atividade.

EXPOSIÇÃO E TROVAS

Trovas líricas, populares e até filosóficas fizeram parte do repertório apresentado por trovadores da seção



Obra de Shirley Xavier



Janela de R. Carvalho

paulista da União Brasileira de Trovadores no dia 7 de agosto de 2008, no evento cultural realizado no Espaço Cultural CRC SP.

Nessa mesma noite foi inaugurada a exposição *Pelos caminhos da Mantiqueira*, do artista plástico R. Carvalho. Suas obras são inspiradas em paisagens que retratam as montanhas e os campos dessa região serrana, pintadas a óleo sobre madeiras de velhas portas e janelas.

O evento foi aberto pelo coordenador da Comissão de Projetos Culturais do CRC SP, conselheiro Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, e teve as presenças da vice-presidente de Registro, Celina Coutinho, que representou o presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello: da coordenadora do Projeto Mulher Contabilista e membro da Comissão de Projetos Culturais, conselheira Ana Maria Costa; do Contabilista Arthur Verna, representante do presidente do Sescon-SP e Aescon-SP, José Maria Chapina Alcazar, e do Contabilista e presidente do Movimento Poético Nacional, Walter Argento.



O conselheiro Monteiro, a artista Shirley Xavier e a vice-presidente Celina

SINDCONT-SP COMEMORA 89 ANOS DE EXISTÊNCIA



A primeira reunião de instituição do CRC SP, em dezembro de 1946, até o 38° encontro dos membros da entidade foram realizados na sede do Sindcont-SP. O presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, também presidiu o sindicato na gestão 1999-2001, por isso, sentiu orgulho extra ao participar da comemoração dos 89 anos de fundação do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, criado em 19 de julho de 1919.

"O Sindcont-SP é a primeira entidade contábil de São Paulo, a segunda do País (a primeira é o sindicato do Rio), a instituição-mãe de todas as entidades contábeis do estado e teve papel preponderante na atuação dos Contabilistas na campanha de aprovação do Decreto-lei n° 9.295/46", destacou Sergio Prado. "Foi uma honra e um privilégio ter presidido o sindicato".

O aniversário de 89 anos do Sindcont-SP foi comemorado em sua sede, no dia 21 de julho, e reuniu dirigentes das principais entidades do segmento. O evento também homenageou o Contabilista Durval Alves, eleito o Contabilista Emérito 2008.

Impossibilitado de comparecer, Alves foi representado por seu neto, o advogado Daniel Alves, que leu o dis-



curso do avô. "Agradeço a inestimável honraria do sindicato, que sempre foi muito bem conduzido desde o seu primeiro presidente, Francisco D'Áuria, ao atual, José Heleno Mariano. Destaco também as entidades CFC, CRC SP, Sescon-SP, Aescon-SP, Fecomercio e Fenacon, com as quais me identifico, e o privilégio do destino de ter me aproximado de profissionais que admiro como Walter Arnaldo Andreoli, Lopes de Sá, Sergio Prado de Mello, Antonio Luiz Sarno, Antonio Marangon, Francisco Antonio Feijó, José Maria Chapina Alcazar e Irineu Thomé".

Entre os presentes, recebidos calorosamente pelo presidente do Sindcont-SP, José Heleno Mariano, estavam o Contabilista e deputado federal Arnaldo Faria de Sá, os vicepresidentes do CRC SP, Domingos Orestes Chiomento (Administração e Finanças), Luiz Fernando Nóbrega (Desenvolvimento Profissional) e Celina Coutinho (Registro), os conselheiros Ana Maria Costa, Arnaldo Longhi Colonna, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, José Joaquim Boarin, Maria Anselma Coscrato dos Santos, Sebastião Luiz Goncalves dos Santos. Wanderley Laporta e Luís Bertasi Filho. Além dos presidentes Luiz Antonio Balaminut (gestão 2006-2007), representando o CFC, Victor Domingos Galloro (gestão 2000-2001) e Antonio Luiz Sarno (gestão 1984-1985).

O presidente do Sindcont-SP, gestão 2005-2007, Sebastião Luiz Gonçalves dos Santos, ressaltou a importância do Centro de Estudos e Debates Fiscocontábeis, fundado pela entidade em 1945, no qual profissionais se encontram, às quartas-feiras, das 19h às 21h, com o objetivo de debater e trocar conhecimentos e experiências nas áreas contábil, fisco-tributária, trabalhista e previdenciária. "É um órgão de educação continuada, de vital importância à classe contábil e formador de muitos líderes de entidades. Devo minha vida profissional a tudo que aprendi lá", exemplificou Santos.



Lideranças contábeis no aniversário do Sindcont-SP, mais antiga entidade dos Contabilistas

PRESIDENTE DO CRC SP PARTICIPA DE AUDIÊNCIA COM MINISTRO DO TRABALHO SOBRE VALORES DAS ANUIDADES DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS

O presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, participou da audiência com o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, na qual foi apresentada a minuta do Projeto de Lei, que fixa os valores para as contribuições anuais pagas pelos profissionais e empresas inscritos nos Conselhos de Fiscalização Profissional.

O encontro, promovido pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no dia 15 de julho de 2008, no Ministério do Trabalho, em Brasília, também contou com a presença do vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC, Enory Luiz Spinelli.



Audiência com Ministro do Trabalho sobre anuidades



Ministro Geddel participou de debate na ADVB

SERGIO PRADO ENCONTRA O MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA

O presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, participou do Fórum de Debates Político e Empresarial, realizado pela ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil), com o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, no dia 4 de agosto de 2008.

O ministro abordou o tema *Ações em*presariais necessárias ao desenvolvimento do País, apresentou um vídeo e explicou o polêmico projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, do qual participam vários ministérios.

Sergio Prado foi um dos membros da mesa principal dos trabalhos, que reuniu políticos como o deputado federal Michel Temer (PMDB-SP), a vereadora paulistana Myryam Athié (PDT), o ex-governador Orestes Quércia, empresários e executivos de diversos segmentos da economia.

100 anos de imigração Japonesa: nosso Japonês do CRC SP

Falante, bem disposto e atleta: assim é o nosso japonês do CRC SP: Tikara Tanaami, 88 anos, presidente do Conselho na gestão 1967-1968. Ele nasceu no Japão em 1920 e chegou ao Brasil, a bordo do navio Kawachi Maru, no dia 18 de fevereiro de 1925, uma data que ele não esquece.

Seus pais foram para o interior do Estado trabalhar numa fazenda de café, mas decidiram se mudar para São Paulo, dois anos depois. Na cidade, Tikara freqüentou o Grupo Escolar do Carmo, no centro velho da cidade, formou-se Contador, em 1938, e economista, em 1941, na Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado).

No centro da cidade ele estudou, fundou sua empresa de serviços contábeis, na Praça João Mendes, onde dá expediente até hoje, sempre depois de praticar seu esporte preferido, o tênis.

Durante muitos anos morou no bairro mais japonês da cidade, a Liberdade. Ele lembra com tristeza quando, em 1943, em plena 2ª Guerra Mundial, os japoneses foram obrigados a se espalhar pela cidade, proibidos de morar próximos uns aos outros.

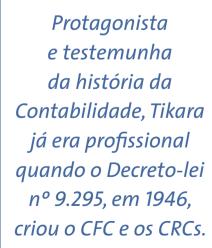
"Minha família foi despejada da rua Conselheiro Furtado, onde morávamos" – lembra ele, "assim como os outros compatriotas, porque o Japão, aliado da Alemanha, foi considerado país inimigo pelo Brasil e nós, suspeitos de conspiração".

Morador da Vila Mariana desde então, é lá que Tikara vive com Sono, também japonesa, com quem é casado há quase 60 anos. Eles são pais de cinco filhos e avós de 9 netos.

Um dos fundadores do Sescon-SP, nosso japonês foi protagonista e testemunha da história da Contabilidade, pois já era profissional quando o Decreto-lei nº 9.295, em 1946, criou o CFC e os CRCs e normatizou a profissão contábil.

Na comemoração dos 100 anos de imigração japonesa, Tikara Tanaami é um belo exemplo do imigrante japonês, guardião das tradições da terra natal, mas brasileiro de coração, né?









REGISTRO EM CRC É OBRIGATÓRIO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE CONTÁBIL

Reforçando o que já está previsto pela lei, a Segunda Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça), em julgamento no dia 21 de agosto de 2008, decidiu por unanimidade que somente profissionais habilitados, ou seja, registrados em CRC (Conselho Regional de Contabilidade), podem executar atividades contábeis.

A decisão foi uma resposta ao recurso interposto contra um acórdão do TRF 4ª (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) por uma empresa que tinha funcionários não habilitados exercendo atividades privativas de Contador.

Após ser multada pelo CRCPR (Conselho Regional de Contabilidade do Paraná), a empresa recorreu à Justiça alegando que apenas as atividades cotidianas eram realizadas por auxiliares e que a direção e supervisão técnica do setor de escrituração contábil eram desempenhadas somente por Contadores registrados em CRC.

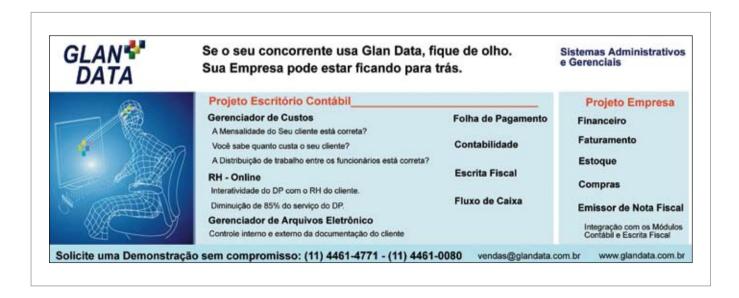


O ministro e relator do recurso, Mauro Campbel, destacou que "à luz da legislação que regulamenta a profissão em comento, todo e qualquer funcionário que exerça atividades relacionadas à organização e à execução de serviços de Contabilidade é um encarregado técnico."

Segundo o ministro, a defesa da empresa alegava que "encarregados técnicos" e "coordenadores, diretores, gerentes ou supervisores técnicos" são expressões sinônimas. Além disso, apenas a elaboração de escrituração contábil da empresa era considerada atividade privativa do Contador.

O Decreto-lei nº 9.295/46, que regula a profissão contábil, estabelece que atividades contábeis sejam executadas somente por profissionais registrados em CRC. Essa determinação é uma garantia à sociedade de que somente profissionais habilitados prestarão serviços.

Segundo o artigo 25 desse Decreto-lei, as atividades contábeis privativas englobam desde a organização e execução de serviços de Contabilidade em geral até a realização de perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, escrituração dos livros de Contabilidade obrigatórios e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações.



18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE





Momento histórico do 18° CBC: o presidente Lula com a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e o presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello

De 24 a 28 de agosto de 2008, cerca de 6 mil profissionais contábeis brasileiros e estrangeiros participaram do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Gramado (RS).

Na abertura solene, no dia 24, um dos momentos mais emocionantes foi o da entrada da Bandeira Nacional, conduzida pela presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e das bandeiras dos estados. O presidente do CRC SP, Sergio Prado de Mello, entronizou a bandeira do Estado de São Paulo.

No dia 26, o grande destaque foi a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pela primeira vez, um evento contábil foi prestigiado pelo presidente da República.

Lula ficou admirado com o tamanho do Congresso dos Contabilistas e ressaltou a importância do trabalho dos profissionais da Contabilidade para o Brasil. Afirmou que, a exemplo dos Contabilistas, quer uma Reforma Tributária urgente e comprometeu-se a examinar uma das reivindicações da classe: o enquadramento dos escritórios de Contabilidade no anexo III da Lei Complementar nº 123/2006, a Lei do Supersimples, tornando mais justa a carga tributária para esta modalidade de microempresa.

"Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento", o lema do 18º Congresso esteve na pauta dos cinco dias de intensas atividades: fóruns de responsabilidade socioambiental, de Contabilidade Pública, dos professores de Ciências Contábeis, além de painéis, palestras e apresentação de trabalhos.

O Estado de São Paulo foi representado por 571 participantes e, ao final, o Estado do Pará foi escolhido para sediar o 19º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em 2012.

"Foi um evento grandioso e inesquecível" – disse o presidente Sergio

Prado. "Os Contabilistas brasileiros e o CFC estão de parabéns pela realização deste Congresso. A qualidade dos eventos apresentados e a visibilidade política que conseguimos com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um ganho enorme para a classe contábil".

Lançamento - O vice-presidente de Administração e Finanças do CRC SP, Domingos Orestes Chiomento, participou da comissão técnica que elaborou o livro "Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequena Empresa", lançado pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) durante o 18° Congresso Brasileiro de Contabilidade.

A obra apresenta as conclusões do estudo desenvolvido por essa comissão sobre a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC T 19.13, que trata da Escrituração Contábil Simplificada para microempresa e empresa de pequeno porte e foi publicada em dezembro de 2007.

Também integraram a comissão o vice-presidente de Fiscalização do CRCRS e coordenador dos trabalhos, Paulo Walter Schnorr; a Contabilista e advogada tributarista Marta Maria Ferreira Arakaki; o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRC-CE, Eduardo Araújo de Azevedo; e o membro da Comissão de Educação Profissional Continuada do CRCPR, Nivaldo Soares de Souza.

O livro pode ser acessado pelo link http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/pdf/livro_escrituracao contabil.pdf.



PORTARIA Nº 184: A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

Buscando um avanço na convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Ministério da Fazenda elaborou a Portaria nº 184, que dispõe sobre as diretrizes a serem seguidas pelo setor público brasileiro para a realização de procedimentos contábeis. O texto foi publicado no DOU (Diário Oficial da União) no dia 26 de agosto de 2008 e entrou em vigor a partir dessa data.

A STN (Secretaria do Tesouro Nacional), que é o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, será responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam essa convergência por meio da edição de normativos, manuais e instruções de procedimentos contábeis.

No texto de introdução da portaria, o Ministério reconhece que a adoção de boas práticas contábeis contribui para a credibilidade da informação, além de permitir o acompanhamento e a comparação da situação econômico-financeira e do desempenho dos órgãos públicos.

Ao mesmo tempo, é importante que as informações contábeis sejam disponibilizadas de maneira transparente e de fácil compreensão para seus usuários independentemente da localidade.

Para garantir que os Princípios Fundamentais de Contabilidade sejam respeitados no âmbito do setor público, a STN deverá acompanhar as normas contábeis aplicadas ao setor público editadas tanto pela IFAC (*International Federation of Accountants*, Federação Internacional de Contabilistas), quanto pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Essa nova Portaria vem ao encontro dos atos do CFC. Em 2004, o Conselho Federal de Contabilidade editou a Portaria CFC nº 37, instituindo o Grupo de Estudos voltado para a área pública. O grupo é composto por profissionais de Contabilidade que atuam vinculados à área pública, em especial, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.

A função do grupo é estudar e propor Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, garantindo assim a orientação contábil segundo os Princípios Fundamentais de Contabilidade.





ADESÃO ÀS NIC AJUDA NO NÍVEL DE RESPEITO COM QUE OS PAÍSES VERÃO O BRASIL

Professor Titular do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo), Eliseu Martins é também Consultor, palestrante e parecerista da área contábil. Membro de Conselhos de Administração Consultivo e Fiscal de empresas privadas e estatais e de entidades sem fins lucrativos; membro de Conselhos Editoriais de revistas técnicas; autor e co-autor de diversos livros, teses e centenas de artigos, é como o mais recente agraciado pelo CFC com a Medalha João Lyra, que Eliseu Martins fala sobre a nova lei das S/A, as mudanças na Contabilidade e o ensino.



COMO INTEGRANTE DO CPC (COMI-TÊ DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS), O SENHOR ACHA QUE A PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 11.638/2007 ATENDE AS EXPECTATIVAS DOS DEFENSORES DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS? O QUE MAIS É NECESSÁRIO MUDAR?

Eliseu Martins: A Lei nº 11.638/2007 não atende totalmente porque demorou tanto a sair que já saiu desatualizada. Mas, assim mesmo, é a maior revolução contábil no Brasil desde a Lei das S/A. Ela precisa ainda de certos ajustes, como a eliminação do ativo diferido, do resultado de exercícios futuros e alguns outros pequenos acertos. Isso precisará ser feito brevemente

QUAIS SÃO AS PROPOSTAS DO CPC PARA O BRASIL ADOTAR INCONDICIO-NALMENTE AS NIC (NORMAS INTERNA-CIONAIS DE CONTABILIDADE)?

EM: As propostas são a completa adoção das Normas Internacionais pelo CPC até o final de 2009, com sua formalização pelos órgãos reguladores, principalmente CVM e CFC, para que, a partir de 2010, todas as nossas Contabilidades estejam afinadas com essas normas do IASB.

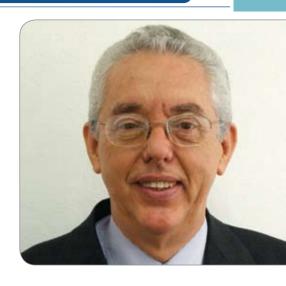
EM SUA OPINIÃO, A ADESÃO DO BRASIL É IMPORTANTE PARA MELHO-RAR SEU DESEMPENHO NA ECONOMIA INTERNA E EXTERNA?

EM: Essa adesão vai ajudar na transparência dos nossos balanços e no nível de respeito com que os outros países nos verão. E vai diminuir o custo do capital que o país toma e ajudar a trazer mais investimentos para nossa Bolsa de Valores e diretamente para muitas empresas. Isso vai ajudar, mesmo que modestamente, o desempenho da nossa economia.

A CONTABILIDADE, A REBOQUE DAS NOVAS TECNOLOGIAS, MUDOU MUITO EM POUCO TEMPO. O SENHOR ACHA QUE OS PROFISSIONAIS ACOMPANHA-RAM ESSAS TRANSFORMAÇÕES?

EM: A Contabilidade brasileira, na verdade, ficou é muito estagnada depois da Lei das S/A, modernizando-se pouco. Apenas nos últimos anos é que a CVM e o Banco Central vêm procurando esse avanco rumo às normas internacionais. Estou falando de conceitos, e não de tecnologias, já que essas dizem respeito a outro aspecto do qual não sou especialista. As poucas transformações conceituais havidas foram bem acompanhadas pelos profissionais, mas agora o movimento é muito grande, as mudanças agora são as maiores que o Brasil já teve, e vamos ter bem mais dificuldade em conseguirmos esse acompanhamento. Mas ele será obtido, apesar dos sacrifícios que existirão.

Estou muito
feliz por ter
recebido a
Medalha
João Lyra
porque é um
reconhecimento
ao corpo
docente que
se dedica
à profissão
trabalhando no
ensino.



QUANTO AO ENSINO, COMO O SENHOR ANALISA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA HOJE? UNIVERSIDADES QUE ERAM EXEMPLOS DE EXCELÊNCIA AINDA PODEM SER APONTADAS COMO TAL?

EM: A educação contábil brasileira evoluiu até que bastante nos últimos anos. Vem crescendo o número de escolas com especialistas, mestres e doutores, apesar de esse número ainda ser, no total, pequeno, mas o importante é que vem crescendo, e também se vê hoje muito mais docentes trabalhando em tempo integral ou quase integral na docência. Houve uma certa "dança" entre as escolas de excelência, mas não vou nominar.

O triste, todavia, é que ainda vemos algumas involuções, como escolas que, para reduzir custos, cortam logo os mais titulados. Isso é um crime contra a educação. E, infelizmente, o Ministério da Educação mudou o rumo que havia sido traçado nesse sentido no passado.

O SENHOR ACREDITA QUE O SISTE-MA DE COTAS REPARA O FATO DE QUE A MAIORIA DOS ESTUDANTES QUE TEM ACESSO ÀS BOAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS VEM DE FAMÍLIAS DE ALTO PODER AQUISITIVO?

EM: Acho que um sistema de cotas com base na situação econômica

da família tem total justificativa, mas com base em cor, não. Não consigo entender a política nesta última direção.

OS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁ-BEIS ESTÃO FORMANDO PROFISSIONAIS DE ACORDO COM A DEMANDA DO MERCADO?

EM: Acho que não, acho que ainda há um grande hiato, mas, por outro lado, o objetivo da escola não é nunca entregar um graduado pronto para exercer a profissão, e sim um graduado com o conhecimento básico e, principalmente, com a capacidade de aprender bem desenvolvida para ser trabalhado pela prática e pela experiência. Deveríamos ter algo como o processo de 'residência' pela qual normalmente os formados em medicina passam.

O QUE O SENHOR ACHA DO EXAME DE SUFICIÊNCIA PARA OS BACHARÉIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS?

EM: Acho absolutamente necessário. Não consigo ver que chegaremos a uma grande evolução sem ele, porque só assim teremos o círculo virtuoso: aluno que não quer só passar porque precisa do registro profissional e, por isso, vai cobrar a escola e o professor; professor que não quer dar só o mínimo porque será avaliado pelo que seus alunos fizerem nesse exame; escola que não quer mau profissional e nem mau aluno etc. Um pouco diferente do que ainda se vê em alguns lugares hoje.



POR QUE EXISTEM TÃO POUCOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE NO BRASIL?

EM: Esse processo é assim mesmo porque não tem havido uma política de valorização do processo de evolução do docente pelo governo federal e porque não há o exame de suficiência a dar um ranking para as escolas de Contabilidade. Com isso, poucas escolas se animam a montar esses cursos, que normalmente não são dos mais lucrativos. Além disso, o número de professores em condições de dar esses cursos ainda é pequeno, mas já tem havido enorme mudança nisso nos últimos tempos.

A UNIVERSIDADE, HOJE, TEM UM AMBIENTE PROPÍCIO À FORMAÇÃO DE GRANDES NOMES DA CONTABILIDADE, COMO NUM PASSADO RECENTE EM QUE PONTIFICARAM MESTRES COMO HILÁRIO FRANCO?

EM: Hoje, há várias escolas que têm essa condição, e estão, sim, formando grandes nomes como o do saudoso e querido professor Hilário Franco. Não vou citá-los para não cometer injustiças. E isso vai além das bordas paulistas. O problema é que o volume de conhecimento hoje é tão grande que esses nomes vão ficando muito conhecidos em certas áreas mais concentradas do conhecimento, e é difícil, muito difícil, despontar alguém que domine todas as áreas ou pelo menos uma grande parte delas.

COMO ESTÁ SE SENTINDO COMO O MAIS NOVO HOMENAGEADO COM A MEDALHA JOÃO LYRA, HONRARIA CONCEDIDA PELO CFC?

EM: Estou sentindo um peso enorme, porque a responsabilidade é assustadora. Estar nessa galeria e fazer de tudo para não decepcionar seus membros e os que em nós confiaram não é tarefa fácil.

E estou muito feliz porque é um reconhecimento, acima de tudo, ao corpo docente que se dedica à profissão trabalhando no ensino, na pesquisa e na divulgação, mesmo não tendo atuação significativa internamente nos conselhos, sindicatos etc. É importante que existam sempre perfis diferentes em atuação e esse reconhecimento nos deixa muito felizes.

ERRATA

Por um erro de digitação, na página 4 da edição 167 deste *Boletim*, foi citada a Lei nº 11.658/2007 quando o correto é Lei nº 11.638/2007.

Folhamatic: mais de 50 pontos de atendimento em todo o Brasil.









Nova Sede Folhamatic: área construída de 4.200m² em uma área total de 15.000m²

A Folhamatic é a empresa de software que mais investe em estrutura de suporte técnico telefônico no Brasil. São mais de 50 pontos de atendimento, utilizando a tecnologia de voz sobre IP, tendo a possibilidade de fazer a chamada local, falar com os atendentes na central de suporte técnico, sem ter que pagar por uma ligação interurbana.

O desafio da Folhamatic é oferecer cada vez mais novidades aos seus mais de 8.000 clientes, trabalhando sempre com qualidade e agilidade nos serviços prestados.

Confira os principais pontos da nossa cobertura nacional:

Acre - AC		Paraná - PR		Santa Catarina - SC	
Rio Branco	(68) 4062-1182	Cascavel	(45) 4062-1182	Blumenau	(47) 4052-1182
		Curitiba	(41) 2105-3909	Criciúma	(48) 4053-1182
Amazonas - AM			(41) 4062-1182	Florianópolis	(48) 4062-1182
Manaus	(92) 3131-1900		(41) 4064-1182	Joinville	(47) 4062-1182
		Foz do Iguaçu	(45) 4052-1182		
Distrito Federal - DF		Londrina	(43) 4062-1182	São Paulo - SP	
Brasilia	(61) 4062-1182	Maringa	(44) 4062-1182	Americana	(19) 3471-3900
				Campinas	(19) 4062-1182
Goiás - GO		Rio de Janeiro - RJ		Ribeirão Preto	(16) 2111-5700
Goiânia	(62) 4052-1182	Rio de Janeiro	(21) 3535-7878	São José dos Campos	(12) 3925-3900
			(21) 4062-1182	Santos	(13) 3278-3900
Mato Grosso - MT					(13) 4062-1182
Cuiabá	(65) 4062-1182	Rio Grande do Sul	RS	São Paulo	(11) 3549-5700
		Caxias do Sul	(54) 4062-1182		
Mato Grosso do Sul - MS		Porto Alegre	(51) 3251-3060	Tocantins - TO	
Campo Grande	(67) 4062-1182		(51) 4062-1182	Palmas	(63) 4052-1182
		Santa Maria	(55) 4062-1182		
Minas Gerais - MG					
Belo Horizonte	(31) 4062-1182	Rondônia - RO		Confira a listagem completa no site www.folhamatic.com.br	
		Porto Velho	(69) 4062-1182		

Confira outros canais de comunicação com a Folhamatic:



Talkmatic - É um serviço de atendimento online que funciona como um Chat exclusivo.



Suporte Técnico - 12 horas diárias de atendimento exclusivo.



Office Service - Portal de relacionamento com o cliente mais de 90 mil acessos mensais.



Ramal Digital - você pode ter um ramal da Folhamatic ligado direto no seu escritório, sem necessidade de realizar uma ligação tarifada.

VENDAS E INFORMAÇÕES

0800 015 4400

www.folhamatic.com.br

Cadastre-se em nosso site e receba informações sobre a Folhamatic e suas promoções.



Uma empresa feita por pessoas



Publicar o balanço da sua empresa no Estadão é um excelente negócio, e uma grande oportunidade de atrair investidores com poder de decisão e que estão sempre atentos a números que sinalizem potencial de lucro. Anuncie o balanço da sua empresa no Estadão e valorize ainda mais a sua marca. Para anunciar, ligue (11) 3856 2080 ou pelo e-mail publicidade.legal@grupoestado.com.br

GRUPO ESTADO









